

SESSÕES DO PLENÁRIO

84ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 23 de setembro de 2009.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângelo Coronel, Antônia Pedrosa, Bira Corôa, Carlos Ubaldino, Clóvis Ferraz, Eliana Boaventura, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Euclides Fernandes, Fábio Santana, Fátima Nunes, Fernando Torres, Ferreira Ottomar, Gaban, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J. Carlos, Javier Alfaya, João Bonfim, João Carlos Bacelar, Joécio Martins, José Nunes, Júnior Magalhães, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Argôlo, Luiz Augusto, Luiz de Deus, Marcelo Nilo, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Marizete Pereira, Misael Neto, Nelson Leal, Neusa Cadore, Paulo Azi, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Alcântara, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Sandro Régis, Sérgio Passos, Virgínia Hagge, Yulo Oiticica e Zé Neto. (56)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Da Dep. Fátima Nunes, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 17, 18 e 20/08/2009, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do De. Yulo Oiticica, comunicando sua ausência na sessão dos dias 18/08/2009, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente e demais presentes, hoje, infelizmente, não conseguimos realizar a reunião da Comissão de Direitos Humanos. Quero aqui fazer um apelo aos colegas parlamentares no sentido de que viabilizem a reunião da Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública, porque essa é uma das comissões mais importantes desta Casa. Claro, todas as comissões são importantes, mas hoje um dos temas mais debatidos da nossa sociedade diz respeito à questão dos direitos humanos, diz respeito à questão da segurança pública.

Vimos tomando medidas imediatas. Quando da instalação da comissão, marcamos, para o dia seguinte, uma audiência com o Comando da Segurança Pública no Estado da Bahia. Na outra reunião, criamos a Comissão de Segurança Pública, aprovamos uma série de audiências públicas e uma série de ações da Comissão de Direitos Humanos. Hoje, tínhamos três projetos para serem aprovados nessa comissão.

Então, vejam vocês, a Comissão de Direitos Humanos, assim como toda comissão temática, precisa também, aprovar projetos de parlamentares. Hoje, tínhamos lá três projetos para serem votados. Passaram pela Comissão de Constituição e Justiça, vão passar pela Comissão de Direitos Humanos e virão aqui para Plenário. Então, se não tivermos quórum, a situação ficará complicada. Faço um apelo aos parlamentares, aos colegas. Sei que todos têm diversas atividades, são diversas comissões. O parlamentar não tem atribuição apenas aqui na Casa Parlamentar, mas também fora, com suas bases, uma série de atividades, mas faço um apelo aos colegas para que realmente deem quórum na Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública.

Entendo que devemos entrar numa etapa de discussão e de proposição para uma abordagem mais ampla dessa temática, entendendo a questão de direitos humanos como direito não só à liberdade, aos direitos civis, aos direitos políticos, mas também aos direitos sociais, econômicos e culturais que estão, inclusive, formalizados na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Precisamos abordar essa questão de uma forma mais ampla, precisamos entender que direitos humanos são direitos à cidadania, a viver com dignidade, como o direito ao emprego, a um trabalho digno, à não-escravização, portanto, essa é uma comissão de extrema importância, é o direito de lutar pela igualdade, pela justiça social e pela paz.

Por isso queria dizer aos colegas parlamentares que, evidentemente, faremos o relatório das atividades, inclusive de uma forma muito transparente para que toda a sociedade tenha conhecimento dos parlamentares que participaram e dos que não participaram da reunião. Enfim, vamos fazer esse relatório para que as pessoas tomem conhecimento da atividade de cada parlamentar. Por isso faço um apelo para que os parlamentares colegas deem quórum na Comissão de Direitos Humanos para

que possamos avançar. Se hoje tivesse havido quórum, teríamos três projetos aprovados já prontos para votação aqui no Plenário da Assembleia Legislativa.

Portanto, é importante, é fundamental que ocorram essas reuniões semanalmente e outras atividades, para que possamos dar nossa contribuição nessa luta pelos direitos humanos.

Por último, quero saudar os fazendários que estão aqui na Assembleia Legislativa, mais uma vez, lutando por seus direitos. Um grande abraço a todos vocês.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Clóvis Ferraz.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, senhores e senhoras jornalistas, senhores e senhoras presentes nas Galerias Paulo Jackson. Nós do Bloco da Minoria, tivemos a honra e o privilégio de receber hoje, aqui na Assembleia Legislativa, o ex-governador Paulo Souto, para discutirmos assuntos do interesse da Bahia.

Tivemos o privilégio de almoçar com o ex-governador no restaurante da Assembleia Legislativa, presentes todos os deputados da Bancada da Minoria e muitos outros parlamentares que saudaram o ex-governador Paulo Souto. A Bancada da Minoria apresentou, através do deputado Heraldo Rocha, Líder da Minoria, um calendário para o comparecimento aqui na Bancada, de diversas lideranças políticas, como o senador César Borges, o senador ACM Júnior, deputados federais, para discutirmos temas da agenda política da Bahia. Naturalmente, estamos nos aproximando de um ano eleitoral, 2010, e a agenda política é o tema principal. Afinal de contas nós somos políticos e a política é uma coisa boa desde que seja feita objetivando o bem da comunidade, o bem do povo.

O nosso interesse é discutir a agenda Bahia direcionada para o desenvolvimento econômico e social. Por isso, foi importante a presença do ex-governador Paulo Souto e presidente do Diretório Regional do Democratas. Na sexta-feira passada, esteve presente na Associação Comercial da Bahia o governador de São Paulo, José Serra, discutindo o desenvolvimento da Bahia e do Nordeste. Estiveram presentes diversas autoridades, deputados estaduais, deputados federais, o mundo empresarial baiano quando foram discutidos temas de interesse da população.

Por isso, a vinda hoje, do ex-governador Paulo Souto, presidente do Diretório Regional do Democratas para discutir exatamente a agenda política para 2010, aqui na Bahia. Sabemos que vamos ter eleições majoritárias e proporcionais no próximo ano. Lógico, como estão colocadas hoje as pré-candidaturas do governador Jaques Wagner pela reeleição; do Ministro Geddel Vieira Lima, pelo PMDB; e as pesquisas indicam que o Partido Democratas tem colocado a pré-candidatura do ex-governador Paulo Souto, que é quem tem pontuado melhor nas pesquisas. Inclusive na última feita, o ex-governador Paulo Souto aparece com 37%, o governador Jaques Wagner

com 35,5% e o Ministro Geddel com 12%.

Isso mostra que a população está com saudade do ex-governador Paulo Souto, que a alternância no poder é salutar e que o povo quer a volta dele para que a Bahia caminhe naturalmente no processo de desenvolvimento econômico e social.

Ele foi governador do Estado duas vezes e senador. Tem um grande prestígio e grandes trabalhos prestados à Bahia. Por isso, vem pontuando bem nas pesquisas mostrando o apoio da população. Sempre se diz que o político tem a sua vida e o seu trabalho pertencentes ao povo. E se ele está querendo a volta do ex-governador Paulo Souto, naturalmente os democratas têm colocado o nome dele já com o apoio do PSDB do governador José Serra, que provavelmente será o candidato a presidente da República.

Claro, há a colocação da candidatura do governador de Minas, Aécio Neves. No entanto quem tem pontuado melhor nas pesquisas é o governador José Serra, que deverá ser candidato a presidente da República. E aqui na Bahia o palanque do candidato Serra é o mesmo palanque do Democratas com Paulo Souto já pré-candidato a governador em 2010.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (João Bonfim):- Dando prosseguimento ao Pequeno Expediente, concedo a palavra ao próximo orador inscrito pelo tempo de cinco minutos, o nobre deputado Aderbal Fulco Caldas.

O Sr. ADERBAL FULCO CALDAS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, venho a esta tribuna hoje para cumprir o doloroso dever de anunciar a morte de um grande amigo, um dos melhores amigos nossos do município de Olindina e ex-vereador Vitor Moreira do Nascimento, para quem apresentei a seguinte moção:

(Lê) *“Moção de Pesar*

O Deputado infra-assinado requer, após tramitação regimental, sejam consignados **VOTOS DE PESAR** *pelo falecimento de* **VÍTOR MOREIRA DO NASCIMENTO**, *ocorrido em 23 de setembro de 2009.*

A cidade de Olindina lamenta profundamente o falecimento de um de seus filhos mais queridos, Vitor Moreira do Nascimento, popularmente conhecido por Vitor da Pedra, em alusão à propriedade rural onde nasceu, Fazenda Pedral, em que por muitos anos exerceu suas atividades profissionais de vaqueiro.

Vitor Moreira era filho do casal Pedro Correia e Dona Josefa Correia, mais conhecida por Dona Filhinha, tendo nascido em 16 de março de 1925, no município de Olindina, neste Estado, e onde residiu por toda a vida.

Em sua terra natal participou ativamente da vida política, tendo sido vereador por duas legislaturas, obtendo atuação destacada em ambos os mandatos. Mesmo não mais exercendo cargo público e tendo sido substituído por seu filho Gilberto Moreira do Nascimento, continuou ligado ao antigo grupo partidário e manteve-se fiel aos correligionários, sempre prestando seu apoio irrestrito, num gesto de rara

fidelidade que o fazia respeitado e admirado até pelos adversários. A coerência, a solidariedade, o servir, eram traços marcantes de sua personalidade.

Homem destemido, Vitor Moreira do Nascimento possuía uma invulgar coragem para enfrentar as situações as mais adversas, quer naquilo que diretamente lhe dizia respeito, ou aos seus amigos. Por toda a vida exerceu a profissão de vaqueiro, trabalhando nas fazendas Pedra, Olho D'água, Lagoa do Mato e Guariba, onde desfilou garbosamente por muitos anos e transmitiu a muitas gerações de vaqueiros a arte de manejar os rebanhos.

Acometido de problemas circulatórios, foi internado nesta capital, no Hospital Roberto Santos, onde veio a falecer no dia 23 de setembro de 2009, aos 84 anos, gozando da estima de seus familiares e da admiração de seus conterrâneos. Deixa onze filhos.

Dê-se conhecimento desta Moção de Pesar à família enlutada, na pessoa da viúva, senhora Josefa Costa do Nascimento, à Câmara de Vereadores, na pessoa de seu presidente, Anelson Pinheiro de Santana, e ao prefeito de Olindina, Dr. Antônio João Ribeiro da Cruz. Sala das Sessões, 23 de setembro de 2009

Aderbal Fulco Caldas

Deputado Estadual”

Assim, meus amigos, meus caros colegas, registramos aqui o falecimento de um homem modesto, simples, de pouca instrução, mas de raras qualidades, um homem fiel a seus princípios, trabalhador, honesto, um amigo dedicado, leal.

A lealdade e a gratidão foram princípios que sempre nortearam a vida de Vitor Moreira Nascimento, porque são as qualidades marcantes que determinam o caráter de um homem.

Para mim, Vitor Moreira do Nascimento era um amigo por quem tinha a maior admiração, o maior respeito, a amizade, a consideração, mais até do que propriamente a um tio, de quem eu ouvia e obedecia os conselhos, e por quem conservava e nutria toda a admiração.

Enquanto vivermos, a maior homenagem que podemos prestar a um amigo da estirpe de Vitor Moreira do Nascimento é respeitar sempre a sua memória e conservar a saudade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

((Não foi revisto pelo orador.))

O Sr. PRESIDENTE (Gildásio Penedo Filho):- Com a palavra o deputado Sérgio Passos.

O Sr. SÉRGIO PASSOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, a minha presença nesta tribuna é apenas para registrar, nos anais desta Casa, o falecimento de um importante político do Interior da Bahia, cujo nome era Hélio Amorim Pereira.

Ele foi prefeito de Saúde por três vezes. Filho de importante família, iniciou-se na política há muitos por intermédio do então deputado Edgar Pereira, que era seu líder e, em 1962, elegeu-se prefeito de Saúde pela primeira vez. Era um homem

simples, bom pai de família, cidadão exemplar, que soube, na vida pública, levar os seus hábitos familiares para a prefeitura.

No termino do seu mandato, em 1966, ainda prefeito pelo antigo MDB – o que torna mais importante ainda a sua participação política, já que naquele período vivíamos sob a égide do golpe militar –, Hélio Amorim Pereira conseguiu eleger, contrariando a tudo e a todos, o prefeito Teodomiro Melo. Depois da saída deste, voltou a se candidatar, tendo sido eleito com exemplar votação, numa demonstração da população mais carente de Saúde que não tinha esquecido a obra, a passagem dele pela prefeitura do município, da minha terra, Saúde.

Em seguida, após o término do seu mandato, Hélio elegeu mais um prefeito ou foi importantíssimo na eleição deste, meu irmão Ricardo Passos, que também se tornou prefeito com o apoio dele. Terminado o mandato de meu irmão, Hélio, que tinha migrado para Arena, portanto, estava no lado oposto ao de Ricardo, contrariando a orientação deste, candidatou-se a prefeito e conseguiu eleger-se mais uma vez.

Na sua saída resolveu apoiar, para prefeito, Antônio Fernando Rocha que, de maneira a seguir-se, elegeu-se deputado estadual aqui e representou o município de Saúde nesta Casa.

Hélio Amorim Pereira foi um homem que deixou muitas saudades, que, lá em Saúde, no seu enterro, poucas vezes tivemos a oportunidade de ver tantas pessoas a homenagear ao levar o féretro ao cemitério.

Fica aqui o meu registro, fica aqui o registro do povo de Saúde para que esta Assembleia possa colocar nos seus Anais a passagem do homem que foi político, que foi pai, que foi cidadão e que saiu da vida para ir para outros campos, para o céu ou para o infinito, deixando uma marca indelével naquela região.

Eram essas as minhas palavras, Sr. Presidente, e aqui despeço-me dizendo que senti muito e espero que o exemplo dele como prefeito, como político, seja seguido, não só pelas gerações como eu que o conhecemos atuando, mas também por aqueles que venham a ler os livros de história escritos naquele município e que lá registram a sua passagem pela prefeitura, a sua passagem como cidadão na vida de todos nós saudenses.

Muito obrigado, Sr^a. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Concedo a palavra ao deputado José Nunes por 5 minutos.

O Sr. JOSÉ NUNES:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, quero, nesta oportunidade, registrar a alegria da Bancada de Oposição desta Casa que recebeu nesta manhã o ex-governador Paulo Souto, que aqui veio atendendo a um convite do nosso Líder da Bancada, deputado Heraldo Rocha, quando tivemos a oportunidade de discorrer sobre a agenda política do próximo ano.

Devo informar, Srs. Deputados, que o ex-governador Paulo Souto está vivendo um momento muito feliz, e já podemos dizer que começa a comemorar a vitória do

próximo ano, pois as pesquisas recentes tem demonstrado seu crescimento e, portanto, a Bancada de Oposição desta Casa está feliz e também empenhada para alavancar a candidatura, já muito forte, do ex-governador Paulo Souto.

O governador passou a manhã, almoçou com todos nós, quando foi muito cumprimentado por todos aqueles que estavam no restaurante da Assembleia, e se despediu com muita alegria, nobre deputado Bira Corôa, sabendo da certeza da vitória no próximo ano.

Portanto, foi uma manhã muito feliz para todos nós do Democratas, do PR, do PSDB, enfim, de todos aqueles que fazem a política também com muita seriedade e visando a grande vitória do próximo ano.

Mas, Sr^a Presidente, Srs. Deputados, eu quero, nesta oportunidade, também registrar a alegria de todos os euclidenses no sábado próximo passado, dia 19 de setembro, quando comemoramos 76 anos de emancipação política daquele município, inclusive com uma festa muito grande que culminou com a inauguração da estátua do escritor Euclides da Cunha, que deu nome àquela cidade, e que se notabilizou como escritor de “Os Sertões” e isso é muito importante para todos aqueles que habitam aquele município.

De forma, nobre deputados, que foi uma festa bonita, onde contamos com a presença e a participação efetiva de todo povo da minha terra, como também dos deputados Heraldo Rocha, José Carlos Aleluia, Luiz Carreira, João Almeida, que lá estiveram, além do ex-governador, Paulo Souto, que também estava lá prestigiando aquele evento. Foi um dia de muitas comemorações, onde tivemos a apresentação de peças teatrais como Os Sertões Veredas, dentre outras. Foi uma movimentação muito grande!

Tive oportunidade de convidar, desta tribuna, na semana passada, vários Srs. Deputados para que pudessem comparecer, e alguns realmente compareceram durante o período da manhã, quando da visita também, deputado Bira Corôa, do atual governador Jaques Wagner, que foi participar do movimento da emancipação política do nosso município, ele que se diz também euclidiano, portanto, conhecedor da obra de Euclides da Cunha.

Foi uma movimentação muito forte, onde a prefeita Fátima Nunes teve a oportunidade de receber o governador Jaques Wagner, como também o ex-governador Paulo Souto, numa demonstração de que Euclides da Cunha é uma cidade que faz política voltada para o seu desenvolvimento, sem radicalismo, democraticamente, recebendo todos os Srs. Políticos de todas as matizes partidárias. Fizemos questão de receber também o atual governador, Jaques Wagner, numa demonstração de civilidade política, mesmo declarando o posicionamento político alinhado com os Democratas e que iremos apoiar, certamente, o ex-governador Paulo Souto.

Fica aqui o nosso registro da passagem, hoje, por esta Casa do ilustre ex-governador, Paulo Souto, como também da festa de Euclides da Cunha pela comemoração dos seus 76 anos de existência.

Muito obrigado, Sr^a Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Antônia Pedrosa):- Com a palavra, o deputado Javier Alfaya, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Sr^a Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, companheiros trabalhadores da Fazenda, que estão aqui conosco, sejam bem vindos mais uma vez.

Estamos acompanhando a luta de vocês, que também é a nossa luta (palmas) para que seja apreciada, o mais breve possível, a mensagem do governador criando o chamado sub-teto para que possamos dar sequência a uma luta histórica da categoria, e uma das vitórias mais importantes que o funcionalismo conquistou que foi a votação, neste ano, daquilo que era pleiteado pela grande maioria da categoria, que também era a posição do governo, reorganizando a carreira internamente.

A Sr^a PRESIDENTE (Antônia Pedrosa):- Quem são os nossos visitantes, deputado?

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Sr^a Presidente, deputada Antônia Pedrosa, essas pessoas que estão aqui são trabalhadores e trabalhadoras da Secretaria da Fazenda, os famosos fazendários. (Pausa)

A Sr^a PRESIDENTE (Antônia Pedrosa):- Acabou o seu discurso, deputado?

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Ainda não acabei, Sra. Presidente, só estou fazendo um esclarecimento. Posso continuar?

A Sr^a PRESIDENTE (Antônia Pedrosa):- Muito obrigada, deputado Javier Alfaya, pelo esclarecimento. Pode continuar o seu pronunciamento.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Obrigado.

A razão principal da minha fala, hoje, deputada Antônia Pedrosa, companheiros e companheiras, diz respeito a um assunto gravíssimo que afeta o Brasil, a nossa luta histórica pelos direitos humanos, pelos direitos à democracia, que na América Latina está sendo construída depois de muito sofrimento, e em alguns casos depois de décadas de ditaduras militares.

Todos estamos assistindo o esforço que o povo de Honduras tem feito para que seu Presidente, Manuel Zelaya, que foi eleito e, portanto, é o presidente legítimo daquele País, reconhecido pela OEA - Organização dos Estados Americanos -, pelo Brasil e até pela administração dos Estados Unidos, que é acusada de certa complacência, senão de participação aberta nos velhos e tradicionais órgãos de informação dos Estados Unidos, como a CIA, de terem participado ou terem colaborado de alguma maneira, indiretamente, com o golpe militar que levou à deposição de Zelaya.

Agora, senhores e senhoras, concretamente, Zelaya se encontra na Embaixada do Brasil, em Honduras, há quase uma semana, e o mundo inteiro se mobiliza para que a ditadura militar de Honduras respeite o território brasileiro, que é representado pela Embaixada. Todos nós sabemos que as embaixadas gozam de imunidade, são como territórios estrangeiros em outros países, e a força armada de determinado estado não pode desrespeitar os limites da embaixada de qualquer país.

Portanto, a embaixada brasileira em Honduras tem que ser rigorosamente respeitada, os seus funcionários, a nossa representação diplomática e todos aqueles que estão lá dentro, inclusive o presidente Zelaya que foi eleito pelo povo daquele País. Ele precisa não apenas ter a sua integridade preservada, mas principalmente é preciso adotar medidas de um pacto internacional no sentido de que sua vida seja preservada e que seja respeitado o direito de o povo de Honduras tê-lo como presidente da República.

O nosso País representado pelo ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, o nosso presidente Lula, as presidentas Kirchner, da Argentina, Bachelet, do Chile, os presidentes Hugo Chaves, da Venezuela, Evo Morales, da Bolívia, Corrêa, do Equador, todos, inclusive o presidente Uribe da Colômbia, que é uma figura que destoa da linha democrática e de compromisso mais profundo com as liberdades democráticas do restante dos presidentes e presidentas da América do Sul, têm se manifestado a favor do respeito às urnas em Honduras, da integridade à embaixada brasileira e da integridade física do presidente eleito pelo povo hondurenho.

Sr^a Deputada Antônia Pedrosa, quero comunicar que no transcorrer da sessão de hoje vou apresentar uma moção para que a Assembleia Legislativa da Bahia se manifeste junto à Embaixada de Honduras, em Brasília, que a Embaixada brasileira seja respeitada naquele País, todos seus funcionários e trabalhadores daquela nossa representação e todos aqueles hondurenhos ou de outras nacionalidades que se encontram nas dependências da nossa representação diplomática, destacadamente o presidente Zelaya, sejam rigorosamente respeitados quando a sua integridade física.

Muito obrigado, Sr^a Presidenta.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Em nome da Mesa Diretora gostaria de cumprimentar os funcionários da Secretaria da Fazenda que estão nos prestigiando aqui, nesta tarde.

Com a palavra o deputado Gildásio Penedo para falar pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Sr^a Presidenta, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa presente, Galerias, hoje pela manhã recebemos o ex-governador Paulo Souto, presidente do Democratas na Bahia, que veio fazer uma visita de cortesia a este Poder. Aqui tivemos uma reunião extremamente produtiva e tratamos de assuntos das mais variadas vertentes, da questão administrativa desembocando para as questões políticas evidentemente até porque os sinais cada dia mais constatantes e visíveis apontam por uma candidatura cada dia mais consolidada no campo da oposição do Estado baiano.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero aproveitar aqui a oportunidade para me manifestar sobre a informação - não é oficial porque não foi ainda apresentado o projeto de lei - que tem por objetivo alterar o subteto do governador Jaques Wagner, o que permitiria a ascensão salarial de algumas categorias do nosso Estado, muito especialmente aos servidores da Fazenda estadual, a parte da Polícia Militar que tem, por força das suas remunerações, algum tipo de estorvo em função de o subteto

acabar limitando a remuneração desses servidores do Estado baiano.

A Oposição, eu conversava já há algum tempo com o deputado Heraldo Rocha, inclusive isso foi externado a muitos que nos procuraram, se portava, desde o primeiro momento, com um sentimento de boa vontade, de aquiescência, com o objetivo, pelo menos, de não dificultar em momento algum a aprovação desse projeto de lei.

O que nos espantou, embora ainda fale de forma preliminar, porque o projeto não foi ainda colocado como mandam as formalidades regimentais... O projeto não foi apresentado, é um projeto que tem de nascer da própria Assembleia Legislativa, a alteração do subteto é de competência desta Casa, através de um projeto de lei que, aumentando o salário do governador e do vice-governador, permitiria essa ascensão.

O que nos espantou, como dizia, pelo menos desde ontem se noticiou, até com algumas minutas do projeto de lei, deputado Pedro Alcântara, apresentado por esta Casa com um objetivo, é o que chamamos da tentativa de criação de um factóide político.

O governador Jaques Wagner – evidentemente não há como dissociá-lo desse objetivo – apresenta, através da Mesa Diretora, ou pelo menos deverá apresentar, espero que isso de fato não se efetue, até porque seria uma verdadeira aberração constitucional impor ao Legislativo estadual o constrangimento de apoiar um projeto de lei que é uma verdadeira anomalia constitucional, na medida em que determina, deputado Javier Alfaya, o aumento do salário do governador e no seu parágrafo 1º diz que ele não teria direito a seu recebimento.

Evidentemente, é impor à Casa um factóide político, uma ação meramente proselitista, até porque não será um aumento do governador que vai efetivamente onerar os cofres públicos estaduais. Digo isso, deputado Javier, porque até considero que o governador, do ponto de vista de suas responsabilidades administrativas, percebe até muito pouco. Poderia ter uma remuneração mais digna do que a função pública lhe concede na sua situação.

Agora, essa tentativa extremamente proselitista, demagógica em determinado tempo, de querer aumentar, mas que efetivamente não terá efeito prático, já que o governador e os secretários de Estado não receberão esse reajuste. É impor à Casa um constrangimento e uma anomalia. A Constituição federal determina o subteto do governador como remuneração a ser perseguida pelos funcionários do Poder Executivo. O projeto de lei, da forma como está apresentado, em seu próprio contexto, diz que aumentará o subsídio dos servidores públicos estaduais.

Ora, a Assembleia Legislativa não tem competência para criar, deputado Pedro Alcântara, a estrutura de subsídios e vencimentos do servidor público do Executivo, a competência é do Executivo. O que nós podemos fazer aqui, sim, tão-somente, é a remuneração em relação ao vencimento do governador.

Portanto, é uma tentativa menor, que não condiz com o espírito do governador de querer tentar, de certa forma, maquiagem, jogar para a opinião pública que não faz questão de um aumento de 2 a 3 mil reais dentro da sua remuneração. Vejo isso como uma tentativa extremamente diminuta, deputada Antônia Pedrosa, de querer impor ao

Legislativo o constrangimento de aprovarmos aqui uma emenda ou um projeto de lei que na sua natureza nasce, deputado Misael Neto, sobre o vício da inconstitucionalidade.

O governador Jaques Wagner e o presidente da Casa, deputado Marcelo Nilo, têm que se fazer respeitar enquanto poder, não podem impor, nem à Bancada do governo nem à Bancada da Oposição, deputado Ivo de Assis, sob o pretexto de querer preservá-lo...

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Para concluir, Sr. Deputado.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Concluindo, Sr^a Presidente.

(...) da opinião pública de que não quer o reajuste dessa natureza. Ora, vamos fazer política sim, mas vamos respeitar as instituições, vamos valorizar o Poder Legislativo. Não pode impor mais uma vez o constrangimento de termos que passar, aqui, o dissabor de aprovar uma emenda de caráter eminentemente inconstitucional para satisfazer a boa vontade e o espírito democrático, de certa forma, do governador, que quer renunciar a esses vencimentos. Se ele quisesse, de fato, fazer economia, não criaria sete secretarias, não aumentaria o número de contratos REDA. Não é um aumento de R\$ 2 ou R\$ 3 mil que vai prejudicar as finanças do Estado.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Pedro Alcântara:- Questão de ordem, Sr^a Presidenta.

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Questão de ordem, deputado Pedro Alcântara.

O Sr. Pedro Alcântara:- Minha querida presidenta Antônia Pedrosa, acredito que esta sessão será importante para o funcionalismo público do nosso Estado, principalmente para aqueles que ocupam as Galerias.

Já que fui citado pelo deputado Gildásio Penedo duas vezes no Pequeno Expediente, quando não é permitido aparte, queria, deputado, como Líder do PR nesta Casa, dizer que o nosso partido, através da sua Liderança, dá todo o apoio e quer celeridade na votação desse projeto. (Palmas)

Não estou preocupado com o salário do governador. Acredito que ele também não esteja. Estou preocupado, sim, com os servidores que estão aqui nas Galerias e precisam de uma solução imediata.

Vamos nos empenhar para votar a proposição que está por vir a esta Casa, talvez, ainda nesta tarde, já que há casos similares em outros estados. Com minha experiência política com mais de 20 anos nesta Casa, entendo que, caso exista alguma inconstitucionalidade neste projeto, ela só poderá ser comprovada se alguém arguir e encaminhar.

Não acredito que parte nenhuma faça isso, até porque Pernambuco, por exemplo, já fez assim e resolveu o seu problema. Se esse é o caminho mais curto para solucionar esse impasse, que se encaminhe por aí.

E também não é interessante – já que V.Ex^a recebeu hoje a visita do grande ex-governador da Bahia Paulo Souto para discutir questões de ordem política – que se

aumente o salário do chefe do Executivo estadual. Politicamente não é bom, pois existem inúmeros funcionários de diversas categorias que estão precisando. Isso vai dar um questionamento de ordem política, gerando um desgaste ao governo. Não aconselho caminhar por aí, porque produz, repito, um desgaste político, e esta Casa é política, eu sou um agente político.

Entendo, então, que não é de bom alvitre que se conceda um aumento ao governador agora. A não ser que seja a última solução para resolver o problema desses funcionários que nos procuram há muito tempo. Podem ficar tranquilos, porque no que depender do deputado Pedro Alcântara no encaminhamento ou dispensa de formalidades, o PR estará pronto para acelerar a aprovação dessa matéria.

Acredito que temos de buscar uma solução política para essa questão. E poderá ser esse caminho adotado por Pernambuco. Podemos votar e jogar o problema do aumento do salário do governador para frente, para 2011, já no próximo governo.

Esse é o nosso pensamento. Repito, daremos apoio a essa proposição quando ela chegar aqui, pois essa angústia já dura muito tempo.

Esta é a posição do PR, bem como da sua Liderança. Na verdade, não sei como se posicionam os outros dois deputados do partido, mas é a dos quatro parlamentares que seguem a nossa Liderança nesta Casa em relação a matérias vindas do Executivo. Essa nem é uma matéria do Executivo, é da própria Casa. Entendo que deverão também acatar a nossa posição para que votemos esse projeto ainda hoje, que é o desejo dos funcionários que nos procuraram, daqueles que realmente precisam de uma solução de imediato para essa questão.

Poderemos até suspender a sessão para discutir, mas devemos sair daqui hoje com uma solução para esse problema se encontrarmos o caminho. E o caminho mais curto, entendo eu, é esse.

Muito obrigado, Sr^a Presidenta, pela tolerância. (Palmas)

O Sr. Javier Alfaya:- Questão de ordem, presidente.

O Sr. Luiz de Deus:- Questão de ordem.

A Sr^a PRESIDENTAE (Antônia Pedrosa):- Pela ordem, deputado Luiz de Deus, porque pediu primeiro, deputado Javier Alfaya.

O Sr. Luiz de Deus:- Queria fazer o contraditório às colocações feitas, há pouco, pelo deputado Pedro Alcântara. Esse projeto de lei, oriundo da Mesa Diretora, não resiste a nenhuma análise jurídica, por mais superficial que seja.

Ele dispõe sobre o limite remuneratório dos servidores públicos do Poder Executivo estadual. Ora, deputado, isso é da competência do Poder Executivo, senão vejamos o art. 61 da Constituição Federal: “A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição”. Quer dizer, se dá a origem das leis.

Agora vejamos o inciso VI: Quem legisla sobre servidores públicos da União, território, seu regime jurídico, provimento de cargo, estabilidade e aposentadoria...

Isso é da competência, deputado, do Poder Executivo. Portanto, não pode ser da origem do Poder Legislativo, muito menos da Mesa Diretora.

Segundo, deputado, veja a redação: “Ficam mantidos os valores dos subsídios do governador, do vice-governador e do secretário de Estado percebidos no atual exercício financeiro, observadas as disposições contidas no art. 71, inciso VIII, da Constituição Estadual. Parágrafo único: “Exclusivamente para efeito do limite remuneratório previsto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal, o valor do subsídio mensal do governador passa a ser de R\$ 15.600,00”.

Deputado, será que esta Casa vai ter a coragem de burlar as leis que ela mesma faz? Isso, deputado, é um absurdo jurídico. Não estamos aqui contra o aumento do subteto dos senhores servidores, estamos longe disso. Queremos apenas obedecer as leis, tanto a Constituição Federal quanto a Constituição do nosso Estado. Isto aqui que se apresenta é uma aberração jurídica; isto não resiste à menor análise que se possa fazer, deputado Pedro Alcântara.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Sr^a Presidente, questão de ordem.

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Com a palavra o nobre deputado Javier Alfaya atendendo a um pedido de questão de ordem.

O Sr. Javier Alfaya:- Sr^a Presidente, na condição de vice-Líder do Governo, agora, portanto, substituindo temporariamente o companheiro Waldenor Pereira, quero informar a V.Ex^a e também aos nobres companheiros funcionários e funcionárias da Fazenda que se encontram aqui, que há uma iniciativa, como todos sabem, do presidente desta Casa e da Mesa Diretora, que busca apoio através de assinaturas, para um projeto de resolução da direção da Assembleia. Essa proposta do deputado Marcelo Nilo, que é uma tentativa superpositiva de encontrar uma saída para a demanda dos novos companheiros da Fazenda, encontra-se sendo acompanhada muito de perto, certamente tanto pelo governo do Estado como de companheiros nossos da Bancada, especialmente o Líder da nossa Bancada, deputado Waldenor, para que possamos afastar qualquer dúvida quanto a sua constitucionalidade ou até mesmo encontrar uma outra alternativa de texto, quem sabe mexendo na Constituição do Estado, talvez votando a forma ou a proposta de projeto de resolução ou de projeto de lei. Estou aqui especulando. Há um esforço nos bastidores para que haja, o mais rápido possível, uma solução para essa problemática que se criou com o estorno, por boa parte dos auditores fiscais da Fazenda...

O Sr. Pedro Alcântara:- Sr^a Presidente, questão de ordem.

O Sr. Javier Alfaya:- (...) de uma parcela significativa dos seus salários em função dessa definição que ficou em aberto quanto ao subteto. Então, há um esforço grande, estamos empenhados nisso, e o acordo que temos entre nós é de que a Bancada vai facilitar o mais possível para que a solução desse problema venha à votação o mais rápido possível. Não queremos transformar isso numa bandeira de ataque e defesa, Governo e Oposição, acho até que o prezado deputado Gildásio Penedo fez um discurso até, quem sabe, desnecessariamente, crítico e agressivo em relação à iniciativa do presidente da Casa. Não é uma iniciativa do governador Wagner, é uma iniciativa...

O Sr. Heraldo Rocha:- Não, não...

O Sr. Javier Alfaya:- Sim, exatamente.

Acho que não cabe muito bem agora o discurso muito agressivo em relação a essa iniciativa, porque é uma iniciativa interna da Casa,...

O Sr. Heraldo Rocha:- Com V.Ex^a nós vamos resolver, mas não vamos votar nada inconstitucional.

O Sr. Javier Alfaya:- (...) graças à iniciativa do nobre presidente Marcelo Nilo. Então vamos estabelecer um clima de entendimento, de negociação e de solução técnica para que os nossos companheiros e companheiras da Fazenda tenham seus pleitos atendidos, já que os pleitos não são meramente corporativos, como sempre digo, são pleitos que vêm ao encontro da nossa política e da linha histórica de favorecer o funcionalismo e o bom funcionamento da máquina administrativa do nosso Estado.

Muito obrigado, deputados. (Palmas)

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, antes de conceder as questões de ordem – estão todos inscritos –, gostaria de informar que, conforme a Constituição, a Mesa Diretora é quem faz a proposta de aumento salarial de S.Ex^a o Governador, dos secretários e do vice-governador.

Recebemos, no nosso gabinete, diversos funcionários da Secretaria da Fazenda e alguns coronéis, várias pessoas que estão devolvendo o salário em decorrência de não poderem receber mais do que S.Ex^a o Governador do Estado. O governador Jaques Wagner, nós o ouvimos, disse-me que não gostaria e não aceitaria aumento salarial para ele nem para o vice-governador e secretários. É óbvio que esta Casa é independente, mas tendo em vista que é um assunto que envolve o próprio governador e que a Constituição diz que os Poderes são independentes mas são harmônicos, a Mesa Diretora está apresentando uma proposta política depois de negociação com todos os envolvidos. Quero registrar que consultei os líderes partidários e não estou aqui, sob hipótese alguma, colocando os deputados para decidirem, porque os deputados são livres para decidir. Mas tendo em vista que o assunto foi ventilado na mídia e que diversos servidores nos procuraram, estou aqui trazendo uma proposta e faço um pedido – é apenas pedido – aos Srs. Líderes partidários que dispensem as formalidades para que possamos votar hoje... Caso um deputado... Apenas para exemplificar para os senhores que estão nas galerias, que nos ouvem através da *TV Assembleia*, como também pela Internet, que esta Casa só pode dispensar formalidades se todos os parlamentares concordarem, e por todos os parlamentares quem fala são os líderes. Os líderes falam pelos Srs. Deputados.

A proposta nossa é a seguinte: (lê) “*Art. 1º - Ficam mantidos os valores dos subsídios do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado percebidos no atual exercício financeiro, observadas as disposições contidas no art. 71, VIII, da Constituição Estadual.*”

Parágrafo único – Exclusivamente para efeito do limite remuneratório previsto no art. 37, XI da Constituição Federal, o valor do subsídio mensal do Governador

passa a ser de R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais).

Art. 2º – As despesas com a execução desta Lei correção por conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Executivo”

Quero dizer que vamos elevar o teto e congelamos o salário do governador, do vice-governador e dos secretários.

Srs. Deputados, a proposta da Presidência – apenas proposta – é que os líderes partidários dispensem as formalidades e nós a votaremos hoje. Caso os líderes partidários, ou um dos líderes não concorde em votar hoje com a dispensa de formalidades – porque aqui o deputado é livre para decidir, principalmente os líderes que ouvem os seus liderados... Caso um dos líderes não concorde, inclusive já trouxe aqui, como é praxe, a Mesa Diretora é quem prepara... Se todos os líderes concordarem, nós votaremos hoje. Caso um dos líderes – respeitarei e aceitarei a decisão do Sr. Líder – não aceite, eu vou propor votar o regime de urgência hoje, caso tenhamos número, e votaremos o projeto na próxima semana. Essa é a proposta. Agora, a decisão se o projeto passa ou não passa é do Plenário. Aqui, o deputado é livre e soberano para votar. É voto aberto no plenário.

Quero registrar, e aí faço justiça, a boa vontade do deputado Waldenor Pereira, Líder do governo, do deputado Pedro Alcântara, Líder do Bloco Independente, e do deputado Paulo Câmara. Não conversei com o deputado Leur Lomanto, infelizmente não estive com ele hoje. Quero registrar também a muito boa vontade, como sempre, do deputado Heraldo Rocha, que como sempre foi muito gentil. Ele é o Líder da Oposição e qualquer posição política dele eu compreenderei, porque esta é uma Casa política. Não consultei ainda o deputado Leur Lomanto porque essa decisão foi tomada ontem e hoje não estive com ele, mas vou consultá-lo. Se todos os Líderes concordarem, votaremos. A decisão se é constitucional ou não compete à Comissão de Constituição e Justiça. Aqui existe uma comissão que foi criada para avaliar a constitucionalidade das proposições.

Já consultei os Srs. Procuradores e é idêntico ao do Estado do Pernambuco. É uma decisão política, legal, se não fosse legal não traríamos. Sobre a constitucionalidade quem decide é a Comissão de Justiça do Estado da Bahia como sempre.

Para atender a uma questão de ordem, com a palavra o primeiro deputado, Gildásio Penedo

O Sr. Gildásio Penedo:- Eu já havia me posicionado de forma não oficial já que o projeto não tinha sido apresentado pela Mesa Diretora, mas, pelo que vi há pouco, V. Ex^a já deu entrada nesta Casa, e o projeto não destoa daquilo que falamos. O primeiro ponto, é bom que ele fique claro para esta Casa, para as categorias envolvidas, é que a Oposição não tem nenhum tipo de dificuldade em votar essa matéria. Por diversos momentos o deputado Heraldo Rocha e eu tínhamos colocado essa posição, eu mesmo fui procurado por dezenas de interessados, não seremos nós que iremos criar dificuldades. A Oposição age de forma clara e responsável, tem sido essa a nossa posição nesta legislatura. Queremos construir um diálogo, procurar debater aquilo que for possível, mas, evidentemente, não queremos fazer um jogo

menor, que possa, por esse ou por aquele motivo, desqualificar determinada matéria.

O que não pode, presidente... E e aí eu quero de fato me colocar muito em função da pessoa de V. Ex^a, presidente do Poder Legislativo baiano por duas vezes, a primeira de forma consagradora e a segunda pela reeleição, que tem o dever, a obrigação de zelar pelo Poder Legislativo baiano. O fato de Pernambuco ter apresentado o projeto não me convence, não me dá segurança de votar num projeto que é eminentemente inconstitucional. V. Ex^a não pode transferir essa responsabilidade para os deputados. V. Ex^a tem a primazia de zelar pela altivez e pelo respeito ao Poder Legislativo baiano, mais do que todos. Eu entendo a posição dos auditores, mas o governador tem uma tentativa muito clara de querer fazer jogo para a opinião pública. É esse o objetivo! E não venham me dizer que um reajuste de 2 mil reais no salário do governador e dos secretários do Estado vai complicar as finanças do Estado. O que pode complicar é outro tipo de gestão.

Agora, é um flagrante, o projeto de lei, o projeto apresentado diz o seguinte: (lê) *“Dispõe sobre os limites remuneratórios do servidor público do Estado.”*

A Constituição é clara: é competência privativa do Executivo encaminhar matérias que disponham sobre reajuste dos servidores do seu quadro.

A única coisa, deputado Javier Alfaya, que podemos fazer é apresentar um projeto, e aí é competência nossa, aumentando e fixando o teto do governador taxativamente: o salário do governador e do vice-governador corresponderão a tanto. É esse o nosso papel.

Mas a ementa já começa com ... Eu queria, presidente, muito francamente, dizer-lhe que – acredito - temos como resolver essa posição. Podemos apresentar uma emenda no sentido de corrigir esse equívoco, porque não pode sobre a áurea do governador querer criar... Por quê? Quem me conhece sabe do respeito que tenho pelas instituições políticas, pelo próprio governador, mas não há outra explicação de que o governador neste momento quer é jogar para a plateia. É somente isso. Ele diz: não quero, jogo para a frente. E aí cria um sentimento de proselitismo. Não cabe. E impõe à Assembleia – aí que é o pior – porque ele se esquia, ele se protege, mas nós é que vamos ter que votar um projeto, deputado Misael Neto, eminentemente inconstitucional.

Eu quero saber de V.Ex^a, inclusive quero já formalizar se a Procuradoria da Casa tem um parecer nesse sentido, se dá um atestado de ilegalidade a esse projeto nesta Casa. A Procuradoria desta Casa tem a obrigação, até para nos dar conforto, de dizer se essa matéria tem, efetivamente, amparo legal e constitucional, deputado Heraldo Rocha.

No mais, nós temos toda boa vontade, agora, vamos tentar não criar uma acefalia constitucional, impor ao Poder Legislativo e transferir aos deputados e aos Líderes a decisão de aceitar ou não, e V.Ex^a coloca, é uma decisão política.

Presidente, a política tem os seus limites, desde que não ultrapasse os limites da legalidade e da constitucionalidade. Portanto, eu quero apelar pra V.Ex^a, sei da sua boa vontade de encontrar uma solução, e é a de todos nós, não há nenhum tipo de obstáculo. Nós votamos aqui, presidente, eu conduzi durante a convocação

extraordinária,...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Concluindo, Sr. Presidente.

(...) com dispensa de formalidades, nós votamos aqui 18 projetos de reajuste do servidor público estadual, dezoito, deputado Javier Alfaya, a maioria deles com dispensa de formalidades. Não é o papel nosso, e não vamos fazer agora, nós não podemos é criar uma acefalia jurídica dessa natureza, uma aberração que efetivamente não condiz com o fortalecimento, e espero que V.Ex^a...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- (...) possa se sentar com as Lideranças: deputado Heraldo Rocha, deputado Waldenor e os outros Líderes, e nós possamos atender à expectativa, mas que efetivamente isso não imponha à Assembleia um constrangimento dessa natureza.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, V.Ex^a sabe que tenho respeito e admiração por V.Ex^a. A obrigação de zelar pelo Poder Legislativo não é apenas do presidente, é de todos os 63 parlamentares. Quando o presidente da Assembleia traz uma proposta, é porque ele está convencido de que é constitucional.

Não compete a esta Casa julgar a decisão do governador de não querer o aumento. Eu tenho que respeitá-la. Jamais traria para esta Casa o constrangimento do governador, que não quer o aumento, do vice-governador e dos seus secretários. Seria muita demagogia, o que não é do meu perfil, fazer o jogo político de quem quer que seja. Ninguém aqui nesta Casa ensina ser Oposição ao deputado Marcelo Nilo. Fui o único deputado na história da Bahia que ficou 16 anos na Oposição e compreendo muito bem o papel da Oposição. Aliás, a democracia só é fortalecida se a Oposição for atuante e, diga-se de passagem, a Oposição aqui nesta Casa é.

Agora, o presidente da Assembleia tem uma história: eu tenho 19 anos nesta Casa, fui eleito e reeleito, tenho um respeito muito grande por todos os Srs. Deputados, mas não aceito aula de quem quer que seja, pela dignidade deste Parlamento. Se eu estou trazendo um projeto, é porque estou convencido de que é constitucional e não vou aceitar desmoralizar a Comissão de Constituição e Justiça pedindo parecer de quem quer que seja.

Quem tem que dizer se é constitucional ou não são os Srs. Deputados. A Presidência tem apenas o dever de trazer uma proposta política, legal, constitucional, na minha visão. Não sou *expert* no assunto, pelo contrário, sou engenheiro civil, não sou advogado, não tive a felicidade de V.Ex^a de conhecer as leis na sua plenitude e nos seus detalhes, mas eu estou convencido de que é constitucional e respaldado pela decisão do estado coirmão de Pernambuco, e jamais vou aceitar prejudicar os senhores servidores, exceto se este Plenário decidir soberanamente que não deve dar o aumento.

Agora, quero registrar que há um ano a Presidência da Casa recebe a presença de diversas pessoas que estão sendo penalizadas porque têm que devolver o salário, uma vez que o salário do governador limita, como é também o caso aqui da

Assembleia Legislativa, que tem servidores que devolvem recursos, porque não podem ganhar mais do que os Srs. Deputados.

Então, deputado Gildásio Penedo, a Presidência está convencida de que é uma matéria constitucional, tanto é que tivemos negociações com todos os órgãos envolvidos, e a proposta inicial, que veio para negociação a Presidência, inclusive, vetou, a primeira proposta de uma negociação entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo nós vetamos, porque na nossa visão era inconstitucional. Mas essa aqui não. Essa, na minha visão, é constitucional, mas levem os Srs. Deputados à Comissão de Constituição e Justiça e decidam! Não sou eu quem vou decidir, porque a Casa tem uma Comissão de Constituição e Justiça, que é soberana e que decide no voto.

Quero registrar, com muita clareza, com muita honestidade que é uma proposta política, porque esta Casa é política. Quem quiser, se achar injustiçado, corra à Justiça e nós acataremos a decisão judicial. Agora, eu quero registrar que esta Casa tem um dever: politicamente votar, desde que não fira os brios pessoais ou jurídicos.

Na minha visão, essa proposta atende, por unanimidade, aos senhores servidores, ao governo do estado, porque, nesse caso, não podemos apresentar um projeto que não seja de acordo, um vez que a Constituição diz que temos que ser harmônicos, e no que se refere ao salário do governador, jamais faria qualquer coisa sem conversar com ele.

Quero registrar que, durante os 19 que tenho anos nesta Casa, tanto o presidente Gaban, quanto outros presidentes, como o deputado Eliel, o deputado Reinaldo, o deputado Clóvis Ferraz, todos, consultaram o governador no que se refere ao aumento salarial dele. Seria uma indelicadeza, uma intromissão, uma decisão não sensata conceder aumento salarial ao Sr. Governador sem ouvi-lo. Seria um desrespeito a um homem que foi eleito pelo povo da Bahia.

Então, no mesmo dia que vence o mandato dele, vence o nosso, mas temos que fazer a coisa, neste caso, combinada, pois o Sr. Governador não quer o aumento salarial, e não vou criar-lhe constrangimento.

O Sr. Pedro Alcântara:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem. deputado Pedro Alcântara.

O Sr. Pedro Alcântara:- Sr. Presidente, agradeço o acolhimento desta questão de ordem, e dizer que, antes de V. Ex^a estar a presidir esta sessão – estava aí a deputada Antônia Pedrosa –, antecipava a posição da Liderança do PR de apoio à essa proposta de V. Ex^a, da Mesa Diretora, que não é de cunho pessoal de V. Ex^a, mas da Mesa Diretora.

Intriga-me, entretanto, que o eminente deputado Gildásio Penedo – sobre o qual tenho dito desta tribuna, e a ele próprio, que, dentre os mais jovens deputados desta Casa, ele foi o que mais evoluiu – deputado cioso dos seus deveres, consciente das suas ações, convicto daquilo em que acredita, refira-se ao fato de temos o direito de fixar o salário do governador.

Ora, quando fixamos o salário do governador, deputado Gildásio, estamos fixando também outros salários, e V. Ex^a tem conhecimento disso. Quando fixamos

salário do governador, não há exclusividade, pois há uma cadeia que depende desse salário e está atrelada a ele. V. Ex^a é um jurista, eu não o sou, sou médico de formação, mas a experiência parlamentar me permite dizer que quem pode mais pode menos.

Queria a atenção do deputado Gildásio Penedo, cujo pronunciamento ouvi atentamente, porque foi contrário ao meu, para dizer-lhe que, repito, quem pode mais pode menos. Ou seja, se podemos fixar o salário do governador, entende-se que também podemos fixar o de outras categorias, que, quando fixamos o do governador, já estamos fixando o de outras categorias.

Então, essa é uma questão de ordem política, e vamos agir aqui politicamente. Disse, no início da minha fala, que não estou preocupado com salário do governador, nem ele próprio está; que não consultei governador, nem lhe perguntei se ele aceita ou não o aumento salarial dele. Mas o Presidente adianta que o governador não aceitaria. Estou preocupado, sim, com esses companheiros que estão aqui e que já nos procuraram há algum tempo para resolvermos essa situação. Se alguém se achar prejudicado, é só procurar da Justiça, que existe para isso! Mas devemos cumprir nosso dever como Casa política e procurar uma solução, porque todos têm conhecimento da necessidade, do retorno, do que acontece.

Peço ao deputado Heraldo Rocha compreensão. Já propus aqui, se for necessário, a suspensão da sessão. Estou aqui para virar a noite, se for necessário, e sair com uma solução para atender a essa questão. Talvez possa ocorrer uma sugestão, dentro dessa proposição, que venha a melhorar esse projeto e a tirar as dúvidas de quem o acha inconstitucional.

O presidente nos assegura da sua constitucionalidade. Não estou analisando o aspecto constitucional do projeto, pois temos a Comissão de Constituição e Justiça, que deverá ser ouvida, aqui no Plenário, ainda hoje, mas entendo que há necessidade da celeridade da votação dele. Nesse sentido, tenho conhecimento de que V. Ex^a também tem sido procurado, deputado Heraldo Rocha, constantemente, e a intenção nossa e do PR, nosso partido, deputado Marcelo Nilo, é não só dispensar as formalidades para tramitação desse projeto, mas também tentar votá-lo hoje; se não, a urgência, e ele será votado na terça-feira, mas, com certeza, não deixaremos sem solução essa questão, que já vem rolando, nesta Casa, há muito tempo, pois há necessidade de se dar um ponto final a ela.

Então a nossa proposta é dispensar as formalidades para tramitação do projeto e votá-lo hoje, com a compreensão dos demais Líderes do governo e do Plenário desta Casa. Essa é, pois, a proposta do PR, e fazemos ela com a consciência plena de que estamos agindo em benefício da categoria, aliás, em benefício, não, mas atendendo a uma reivindicação de uma categoria que tem muitos serviços prestado ao nosso Estado e que, com certeza, é composta de profissionais dos mais dignos, que são essas pessoas que estão aqui a nos procurar, pedindo pressa e celeridade na votação desse projeto.

Essa é a posição do nosso partido, e, com certeza, vamos lograr êxito e contar com a compreensão daqueles que estão convictos de que há necessidade de se votar

esse projeto ainda hoje.

O Sr. Heraldo Rocha:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, meu querido amigo deputado Heraldo Rocha.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, aqui não está falando a oposição nem o governo. V. Ex^a me conhece. Somos colegas há 20 anos nesta Casa. V.Ex^a sabe que tenho procurado, dentro da liderança, como assim procedeu o deputado Gildásio Penedo... Temos até dado quórum aqui para a votação de projetos que beneficiem a Bahia. Ontem me reuni com a assessoria. De ontem para cá, mesmo com todo aquele processo de votação das contas do governador de 2007, que começamos às 11 horas e terminamos às 17 horas, recebi telefonemas de ex-secretários, de coroneis. Desde ontem que não tenho condição de trabalhar. Não posso, porém, de maneira nenhuma, ouvir o que ouvi de procuradores... Não vou entrar em detalhes, porque todos os colegas já falaram. Presidente Marcelo Nilo, meu colega deputado Marcelo Nilo, esse projeto é eminentemente inconstitucional, mas para não criar mais problema... Queremos votar favorável, mas não podemos de forma nenhuma aceitar isso! Se querem me vaiar, me vaiem; se querem me aplaudir, me aplaudam, mas não posso macular o meu mandato.

Estou dando entrada na Secretaria da Mesa em nome da Bancada de Oposição a uma emenda substitutiva ao projeto de lei dando nova redação a artigos, incisos e alíneas ao referido PL. V.Ex^a está vendo que queremos votar favorável. Nesse particular, estou-lhe dizendo, sou oposição ao governador? Não. Sou oposição à administração dele, mas não sou oposição ao governador. Ele foi eleito pelos baianos no primeiro turno e assim temos de respeitá-lo. Não sou como os seus companheiros que o chama de trapalhão. Não! Respeito a liturgia do cargo. O governador é governador de todos os baianos. A Assembleia Legislativa já começa... Dizemos o seguinte “Dispõe...”. Não pode dispor como está escrito no projeto de resolução de V.Ex^a. Colocamos (lê) *“Dispõe sobre subsídio do Governador, Vice-Governador e dos Secretários de Estado.”*. Se V.Ex^a me apresentar na história dos nossos 20 anos um momento em que houve uma troca desse projeto de lei, desse dispositivo... Vamos à lei. (Lê) *“Art. 1º – Os subsídios do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado são fixados nos seguintes valores, observadas as disposições contidas no Art. 71, VIII, da Constituição Estadual:”,* o mesmo que V.Ex^a utilizou. (lê) *“I - a partir de 01 de agosto de 2009...”*, como o de V.Ex^a. (lê) *“Governador do Estado: R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais), em conformidade no que estabelece o Art. 37, XI da Constituição Federal;*

b) Vice-Governador e Secretários de Estado, até os limites que estabelece a Constituição Federal e as normas legais do Estado da Bahia.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações próprias, consignadas ao Orçamento vigente do Estado da Bahia, ficando o Chefe do Poder Executivo obrigado a apresentar, em 60 (sessenta) dias, estudo de impacto orçamentário-financeiro neste exercício e nos 2 (dois) subsequentes, conforme determina os Arts. 16, Inciso I e Art. 17, § 1º da Lei Complementar 101/2000 - RRF.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 01 de agosto de 2009”. Estamos dando entrada a essa emenda na Secretaria da Mesa.

Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer a V.Exª, de forma nenhuma, e tenho afirmado categoricamente a todos que têm me procurado, não somos contra, somos a favor. Não pode, Sr. Presidente. Isto está na Constituição. Como é que... O governador não tem... Não é o governador Jaques Wagner! É qualquer governador! Não tem esse direito! Então, vamos apresentar uma emenda constitucional para derrubar o que está nas Constituições Estadual e Federal.

Quero dizer a V.Exª que a Bancada da Oposição, mesmo em processo de obstrução, que V.Exª sabe que nós estamos, não podemos abrir mão... E sabe por quê, Sr. Presidente? Porque esse projeto que o senhor está apresentando é eminentemente inconstitucional. Respeito-o, sei da consideração que tem por mim, mas não estou desrespeitando-o. Não estou querendo é desrespeitar a Constituição do Estado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Heraldo, V.Exª sabe que...

O Sr. Heraldo Rocha:- Cheguei atrasado, inclusive, porque estava consultando vários advogados, vários procuradores de Estado, e todos estão concordando comigo que não pode. Não vou modificar...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Heraldo, V.Exª sabe que a recíproca é verdadeira. O apreço, a admiração não só ao parlamentar. Estou retirando a nossa amizade, deixando-a um pouco de lado, para mostrar o apreço que tenho ao Líder Heraldo Rocha. V.Exª sempre foi um homem sensato, educado, trabalhador. Essa cadeira aí, com certeza, deveria se chamar cadeira Heraldo Rocha, porque o senhor senta aí constantemente, é o primeiro a chegar.

Nobre deputado, se eu, o presidente da Assembleia, apresentei uma proposta, é porque considero constitucional. Isso é um fato. Se os deputados soberanamente decidirem que é inconstitucional, arquiva-se. Eu sou apenas um presidente, a decisão é do Pleno.

Eu gostaria de saber de V.Exª com muita clareza, para que eu possa inclusive dar o norte aos trabalhos desta quarta-feira, se vai dispensar as formalidades hoje.

O Sr. Heraldo Rocha:- Não posso fazer isso. V.Exª vai acolher a minha emenda?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Tenho o direito de saber. Quem acolhe é o Plenário. Não sou eu, deputado.

O Sr. Heraldo Rocha:- V.Exª é quem está apresentando. Não posso fazer isso, Sr. Presidente, porque ao votar esse projeto nós estamos agindo... Não quero discutir com o senhor. Discutir que eu falo é no sentido de debater, inclusive porque o Regimento não me permite. Mas quero dizer-lhe que não adianta, os seus argumentos não me convencem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Heraldo Rocha, jamais discutiria com V.Exª, mesmo que fosse permitido no Regimento. Não discuto porque o senhor é um parlamentar atuante, sério, tem um pensamento político definido, é uma pessoa coerente, respeitada. Mas eu precisava saber e acho que a resposta foi

dada com muita clareza: não assina a dispensa de formalidades. Respeito. Então não será votado hoje.

Quero que a Secretaria da Mesa traga uma proposta para votarmos a urgência. Vou colocar em votação em regime de urgência. Se o Plenário aprovar, nós votaremos a urgência e vamos votar o projeto na próxima semana. Quero reconhecer o direito de cada deputado achar a sua posição política ou jurídica.

O Sr. Javier Alfaya:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Javier Alfaya.

O Sr. Javier Alfaya:- Sr. Presidente, na condição de substituto do nobre companheiro Waldenor Pereira, eu disse - V.Ex^a, deputado Marcelo Nilo, não tinha chegado para presidir a sessão - que a iniciativa do senhor foi absolutamente correta em nome da Mesa Diretora. O que quis a Mesa Diretora foi interpretar de um lado, materializar de um lado com essa iniciativa a intenção, o pleito de uma parcela importantíssima e fundamental dos funcionários da Fazenda. E, por outro lado, uma posição tomada pelo governador do Estado em relação às remunerações dele e dos seus principais auxiliares, que são o vice-governador e os titulares das Pastas que compõem o governo.

Portanto, é preciso respeitar a posição do governador. O texto que V.Ex^a apresenta pode merecer qualquer crítica, já que é evidentemente da competência de cada um analisar e julgar aquilo que é proposto, independentemente da origem da matéria. Mas o senhor apresentou aqui uma redação bastante clara. E eu esperava, deputado Marcelo Nilo, que na tarde de hoje, na condição de Líder do governo agora, tivéssemos a boa vontade da Liderança da Oposição e se houvesse uma crítica fundamentada ao texto de V.Ex^a. uma alternativa negociada mas não a negação da tramitação na tarde de hoje como V.Ex^a pretendeu, corretamente.

Aliás, o art. 1º e o parágrafo único deste projeto de lei deixam bem claro e é objetivo na redação dada, não apenas feita com clareza absoluta como o objetivo, ficam bastante nítidos e claros do ponto de vista constitucional. Os referidos dizem o seguinte:

(Lê) “Art. 1º - Ficam mantidos os valores dos subsídios do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado percebidos no atual exercício financeiro, observadas as disposições contidas no art. 71, VIII, da Constituição Estadual.

Parágrafo único - Exclusivamente para efeito do limite remuneratório previsto no art. 37, XI, da Constituição Federal, o valor do subsídio mensal do Governador passa a ser de R\$ 15.600,00 (quinze mil seiscientos reais.)”

Portanto, passa a ser, fictícia e teoricamente, este valor não sendo o governador obrigado a recebê-lo. É uma solução que permite a resolução da equação montada entre o pleito correto dos auditores da Fazenda que, sendo atendido, evidentemente, tem repercussão sobre os salários dos coronéis da Polícia Militar e de outros segmentos embora em menor monta e quantidade de setores do funcionalismo. E, por outro lado, respeita, também, a posição do governo que é a de não aumentar os

salários de seus dirigentes, ou seja, dos responsáveis pelas pastas que são os salários do governador e do vice-governador.

Eu não vejo aqui, numa leitura rápida, agora, nesta tarde, deputado, nenhuma inconstitucionalidade. Eu pensei que a Oposição vinha por outro caminho. Eu pensei que a Oposição vinha contestar esta redação e propor, ao mesmo tempo, outra alternativa. Mas o que pretende a Oposição é obrigar o governador a receber esse salário. Isso é algo completamente inconsistente.

Parece-me, inclusive, inadequada a formulação de que o governador está fazendo jogo de cena. O governador já disse isso aqui há quatro meses que não queria aumentar o seu salário. Não está fazendo jogo de cena. Não está querendo fazer uma *mise en scène* para agradar setor “a”, “b” ou “c” da opinião pública.

Então, me parece que o discurso não é adequado a esta proposta e a este método tão civilizado que V.Ex^a deflagrou na tarde de hoje que era o de discutirmos, com exclusividade este assunto, e, de uma vez por todas, equacionar o problema dos auditores fiscais, por conseguinte, daqueles que recebem baseados também no limite que está sendo estabelecido agora como é o caso o dos coronéis da Polícia Militar.

Então, se nós resolvêssemos isso agora à tarde, nós já permitiríamos ao governo tomar outras iniciativas que viessem sanar possíveis pleitos salariais de outras parcelas do funcionalismo ou mesmo da Secretaria da Fazenda.

Então, eu faço um apelo ao deputado Heraldo Rocha para rever a sua posição. Os deputados Heraldo Rocha e João Bacelar são parlamentares experientes e já vêm de outra casa legislativa. Deputado Gildásio Penedo, solicito a V.Ex^a retirar a posição de não assinar o requerimento proposto. Solicito voltar atrás e assinar, a fim de que nós esgotemos todo o tema na tarde de hoje, talvez até parte da noite para resolvermos este problema.

Se necessário for, adotaremos outra redação alternativa a esta; mas nunca negando *in totum*, como quer a liderança da Oposição. V.Ex^a está correto e acertou, na condição de presidente do Poder Legislativo de se adiantar e tentar uma solução que contempla de um lado os funcionários e de outro lado o chefe do Poder Executivo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Luiz de Deus:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Luiz de Deus.

O Sr. Luiz de Deus:- Sr. Presidente, com a vênio de V.Ex^a, eu devo dizer que acho que o governo – certo? – não quer aumentar o subteto de seus servidores. Ele quer, no fundo, ganhar tempo, porque se o quisesse, em sendo esse um poder independente, ele fixaria os salários do governador e vice-governador. Para aumentar o salário do governador, não precisa perguntar se ele aceita ou deixa de aceitar. Cabe a esta Casa – como poder independente – votar o aumento do Sr. Governador, quer ele queira não. Para aumentar o salário do governador, não precisa perguntar se ele aceita ou deixa de aceitar.

Por isso, eu acho que, no fundo mesmo, o governador não quer dar o aumento

do subteto dos seus servidores.

Sr. Presidente, repito que isto aqui, com todo respeito que tenho a V.Ex^a, é uma aberração jurídica. Acho que para resolvermos o problema não é preciso muitas delongas, basta tão-somente fixar o salário do Sr. Governador e do vice-governador, e o problema estará, deputado Pedro Alcântara, definitivamente resolvido.

Devo dizer a V.Ex^a que esta Casa não aumenta salário, à exceção dos do governador e vice-governador, de ninguém. Nem, também, o salário do Sr. Governador é atrelado a salário de nenhuma outra categoria funcional. O que determina é o teto. “Vai até aqui, daqui pra lá o senhor não vai”. Mas, de lá para cá, cabe ao Sr. Governador dar ou não.

Não é atrelado ao salário do Sr. Governador, deputado, pode olhar: a lei só dá a esta Casa a autoridade de fixar o salário do governador e vice-governador.

Agradeço a V.Ex^a pelo aparte que me concedeu.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Luiz de Deus, antes de conceder aparte ao próximo, estou dando questão de ordem à vontade, para debatermos.

Esta Casa é independente, mas é harmônica. Este projeto de lei é aprovado aqui, por esta Casa e sancionado pelo governador, somos independente, mas somos harmônicos.

Quero dizer, com muita clareza, que quando eu era deputado de oposição nunca questioneei a decisão da Mesa quando negociava com o governador o valor. Acho que é o correto e justo. Não podemos, sob hipótese alguma, tomar uma decisão dessas, que envolva o salário do governador do Estado, sem conversar com ele. Seria intromissão de um Poder no outro, isso, sim, seria uma intromissão, porque não temos o direito, vez que somos harmônicos. Somos independentes mas somos harmônicos, e neste caso específico nós negociamos.

Quero registrar a V.Ex^a que esta Casa é política, todos somos políticos, e neste caso a decisão é política, porque não temos o direito, estou falando como deputado, de prejudicar os servidores, que ficam com os salários congelados.

Reconheço que aceito a opinião e a decisão de qualquer deputado, mas como presidente da Assembleia tenho o dever de trazer uma proposta negociável.

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero elogiar a postura de V.Ex^a de trazer esta discussão. Se não tivesse proposto este projeto de lei, trazido esta discussão, claro que esta matéria não estaria sendo discutida aqui, neste instante.

Quero dizer a todos nesta Casa, em especial à Mesa Diretora, que o intuito é atender aos funcionários, que estão tendo seus salários reduzidos em função do teto do governador. A questão da discussão aqui, agora, é só como fazer, não acredito que nenhum deputado aqui seja contra o que se quer alcançar no mérito.

Por outro lado, o Sr. Governador não quer ter o aumento. Temos, então,

presidente, duas opções: convencer o governador, porque não são três mil reais no salário de uma única pessoa, que é o governador do Estado, que é uma questão simbólica apenas, que vai fazer diferença, ou fazer uma comissão com o Líder do governo e o Líder da Minoria, V.Ex^a pode fazer essa interface com o procurador-geral do Estado sobre a questão da constitucionalidade do projeto.

Sei que V.Ex^a está convencido, mas ninguém quer dizer que é imperfeito. Saindo uma redação que agrade a todos, e eu acho que pode sair, porque aqui é a Casa do diálogo, da conciliação, não temos por que prejudicar os servidores. Tenho certeza de que os Líderes da Minoria e Maioria irão assinar a criação. Uma comissão formada pelos Líderes da Minoria e Maioria, com a presença do procurador-geral do Estado, pode nos ajudar com isso, para se discutir uma redação que agrade a todos, far-se-ia um substitutivo e votaríamos hoje, porque no mérito todos concordam.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Elmar, eu vou fazer uma proposta aqui se os Líderes concordarem. Essa decisão, como desde o início eu estou dizendo, é política.

Vou fazer uma proposta para ver se os Líderes concordam: V.Ex^{as} dispensam as formalidades hoje, e votaremos na próxima terça-feira. Enfim, nomeamos os próprios Líderes para chegarem a um acordo. Se chegarem, eu acatarei a decisão deles. Se não, a proposta será decidida no voto.

Vou repetir a proposta... Deputado Elmar.

O Sr. Elmar Nascimento:- É só para aperfeiçoar a proposta de V.Ex^a. Acho que temos condição de conversar...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vou suspender a sessão por 5 minutos, e vocês dão uma resposta a essa proposta.

O Sr. Elmar Nascimento:- A nossa questão é só jurídica. Estamos querendo a participação de V.Ex^a para negociar com o procurador geral do Estado um parecer da Procuradoria. Não é interferência; é uma questão harmônica, inclusive.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Elmar, a única coisa que a Presidência não concorda é que venha um parecer jurídico para a decisão. Quem tem de decidir a constitucionalidade é a Comissão de Constituição de Justiça. O deputado pode até ir lá consultar, pegar parecer, mas a Presidência não pode, sob hipótese alguma, trazer o parecer jurídico para embasar a comissão. Cada deputado, individualmente, pode procurar.

Só não posso aceitar que o parecer jurídico tome a decisão da comissão. Cada deputado é livre para procurar a sua consciência jurídica. Quem decide a constitucionalidade, repito, é apenas a Comissão de Constituição e Justiça.

Deputado Elmar, vou suspender a sessão por 15 minutos... Não posso conceder questão de ordem agora, senão vou passar o dia todo nisso. Já são sete pedidos. Peço vênha a V.Ex^a. Já concedi a nove deputados.

Proponho que a sessão seja suspensa 15 minutos. Se todos os Líderes concordarem... A deputada Maria Luiza fala pelo PMDB?

A proposta é a seguinte: se os Líderes partidários assinarem a dispensa de formalidade hoje, votaremos na próxima terça-feira. Se não chegarem, será decidido

no voto.

Está suspensa a sessão por 15 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro reaberta a sessão.

Concederei uma questão de ordem ao deputado Heraldo Rocha, Líder da Oposição.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, pedirei ao deputado Gaban para relatar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Gaban, por favor faça as suas considerações.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, fazendo uma ponderação do que V.Ex^a propôs, tomamos a seguinte decisão, em primeiro lugar, consideramos a redação desse projeto inconstitucional. A Oposição, em nenhum momento, quer prejudicar qualquer servidor do Estado da Bahia e, nessa condição, concordamos em aprovar, hoje, a urgência desse projeto para possa possibilitar a votação na semana que vem. A comissão se reunirá com o procurador da Casa e o procurador geral do Estado, para elaborar uma nova redação para o projeto para que, na próxima semana, possamos apreciá-lo e votá-lo.

Resumindo, concordamos em votar a urgência e, até a próxima semana, esperamos que uma nova redação possa ser dada através das reuniões e que possamos votar, por consenso, esse projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Consultarei os Líderes.

Deputado Pedro Alcântara, a proposta do deputado Gaban é de aprovarmos a urgência e votarmos o projeto na próxima terça-feira. Pode ser terça-feira, deputado Gaban?

O Sr. Gaban:- Sim, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Javier, a proposta do deputado Gaban é que votemos a urgência, ao invés da dispensa de formalidade, que dá no mesmo, e que votemos o projeto na próxima terça-feira.

Consultarei os Líderes.

Deputado Pedro Alcântara, qual a sua opinião?

O Sr. Pedro Alcântara:- Sr. Presidente, desde o primeiro momento, a minha vontade é de votar o projeto hoje, mas isso não depende da nossa vontade. Quero pedir a compreensão dos Srs. Deputados, já que eles não respeitam a nossa Liderança, peço que respeitem pelo menos aqueles que estão aqui...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, por favor, há um deputado falando. Gostaria também de registrar a presença do prefeito de Alagoinhas, nosso querido ex-deputado Paulo César aqui no Plenário.

Vamos ouvir o deputado Pedro Alcântara, por favor!

O Sr. Pedro Alcântara:- Sr. Presidente, desde o primeiro momento, colocamos a nossa posição de que, se dependesse da nossa vontade, votaríamos o projeto hoje. Achei interessante essa última proposta de V.Ex^a para dispensarmos as formalidades.

Deputado Heraldo Rocha, foi dado a V.Ex^a o direito de colocar a sua posição em relação a esse projeto, mas o senhor transferiu a responsabilidade para o deputado

Gaban. Espero, pelo menos, a compreensão de V.Ex^a para colocar a minha posição.

O Sr. Heraldo Rocha:- Não transferi, deputado! Vamos ouvir o deputado Pedro Alcântara.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Júnior Magalhães, por favor, vamos ouvir o deputado Pedro Alcântara.

O Sr. Pedro Alcântara:- O deputado Heraldo Rocha está indócil! V.Ex^a, deputado, com todo respeito e amizade que tenho pelo senhor, transferiu a responsabilidade para o deputado Gaban...

O Sr. Heraldo Rocha:- Não transferi, deputado Pedro Alcântara! Câmera nele!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, vamos ouvir o deputado Pedro Alcântara, por favor!

O Sr. Pedro Alcântara:- Deputado Heraldo Rocha, já estou acostumado com essa questão de televisão, rádio, jornais, etc.

Sr. Presidente, a nossa intenção era tentarmos, nem que precisássemos prolongar a sessão e varar a noite, votar o projeto, hoje ou, no mínimo, a dispensa de formalidade para que terça-feira possamos votar o projeto. Haja vista que não é possível, pois com base no Regimento se algum partido, Bloco, ou a Minoria não aceita assinar a dispensa de formalidade, ela não pode ser aprovada, acredito que a única opção que nos resta é esta, ou seja, de aprovarmos o requerimento de urgência para que possamos votar na próxima terça-feira e, se possível, discutirmos uma nova redação.

Essa redação satisfaz ao PR e, se pudéssemos votar o projeto, hoje, seria o ideal, mas haja vista que a Minoria não quer aceitar a dispensa de formalidades nem aceita a proposta para a dispensa e votarmos na terça-feira, a única opção que nos resta é essa. Se retornarem a minha proposição seria no sentido de assinar uma dispensa de formalidades e votar, hoje, mas se não for possível acredito que no máximo na próxima terça-feira temos que votar o projeto, porque já basta de tanta espera.

Isso gera uma ansiedade muito grande naqueles que estão aqui defendendo a seriedade desse projeto, como nós. A posição do partido será essa, já assinamos a dispensa de formalidade, mas, se não vingar, votaremos, hoje, o requerimento de urgência e, na próxima terça-feira, o projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Pedro Alcântara concorda com a proposta.

Com a palavra o deputado Javier Alfaya.

O Sr. Javier Alfaya:- Sr. Presidente, dos cinco Líderes que tinham que concordar com a dispensa de formalidades, três concordaram e dois não. Então me parece que é coerente com o nosso procedimento na Casa só adotarmos essa posição quando houver unanimidade. Essa matéria é muito delicada e, como disse antes, V. Ex^a deflagrou, nesta tarde, a discussão sobre uma proposta e um processo civilizado de negociação.

Não é possível votar o projeto hoje por causa da discordância entre as duas lideranças que compõem este Plenário, então oriento a Bancada do governo a acatar a

proposta de V. Ex^a, que é a de votarmos hoje a urgência e garantir a votação, na terça-feira, do texto elaborado a partir da negociação, que deve se abrir a partir de agora.

V. Ex^a está de parabéns por ter iniciado... e tido a coragem de deflagrar essa discussão. Agora cabe a todos nós, com a Procuradoria e a nossa assessoria, encontrar o texto que possa afastar qualquer tipo de dúvida quanto à inconstitucionalidade da proposta, a qual, na minha opinião, não existe no texto que V. Ex^a apresentou, ou quaisquer outros aspectos que, porventura, sejam levantados por qualquer colega daqui da Casa.

Então, Sr. Presidente, a Bancada do governo concorda com o encaminhamento de V. Ex^a de votarmos, hoje, a urgência e definirmos, na terça-feira, a votação desse projeto de lei.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Ferreira Ottomar, V. Ex^a chegou agora, logo vou-lhe explicar: existe uma proposta no sentido de aprovar a urgência para tramitação desse projeto para que possamos votá-lo na terça-feira. Então, estou consultado-lhe se concorda com ela, pelo PMDB.

O Sr. Ferreira Ottomar:- Concordo, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Agradeço-lhe. V. Ex^a tem sido sempre gentil!

Deputado Paulo Câmara, V. Ex^a concorda com o acordo?

O Sr. Paulo Câmara:- Sr. Presidente, gostaria de dizer a V. Ex^a que concordo com o que disse o nobre Líder Pedro Alcântara, isto é, que teríamos que votar a proposta, efetivamente, hoje, mas, em face do acordo, fica muito claro que teremos que votá-la necessariamente até terça-feira. Com base no acordo de se constituir uma comissão, concordamos com a proposta levantada pelo deputado Gaban, mas, determinando como prazo limite, Sr. Presidente, e quero deixar isso bem claro, terça-feira para votarmos o projeto em qualquer circunstância.

Muito obrigado.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Júnior Magalhães:- Questão de ordem, Sr. Presidente

O Sr. Paulo Azi:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, já ouvi todos os Líderes e só vou ouvir três deputados agora: Paulo Azi, Júnior Magalhães e Zé Neto.

Faço um apelo para ouvirmos só os três e vou pôr em votação.... Se for possível, sejam breves.

Questão de ordem ao deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, quero dizer que, há algumas semanas, tenho feito esforço para que a gente chegasse a um consenso. Tenho visto o esforço do deputado Gaban, que tem se colocado sempre disposto ao diálogo, e também do deputado Heraldo Rocha, que está liderando a Bancada da Oposição..

O que quero dizer, deputado Júnior Magalhães, até para ficarmos com a cabeça mais tranquila, é que teremos a segunda-feira à tarde e terça-feira pela manhã para que possamos nos debruçar sobre termos, porque o que vi ali são termos...e aí concordo que , em determinados momentos, se estamos discutindo a

institucionalização de uma relação, é evidente que temos que tirar o tom político, e aí não há dificuldade, em alguns termos damos uma trabalhada para evidentemente conseguir o bom senso. Chegou à Comissão de Justiça a matéria, e se está tentando trabalhar com vocês, tem-se discutido com os dois interesses que estão mais evidentes. E é evidente que há outros interesses. Tem aí delegados, profissionais de carreira que estão no último estágio.

Acho que dá para chegar a uma concordância. Fica como nosso comprometimento na segunda-feira à tarde e terça de manhã, deputado Heraldo, buscar o entendimento para que possamos votar a matéria. Não é matéria de interesse que eu acho que seja desse ou daquele. É uma matéria de interesse do Estado e é evidente que vai vigorar para ele, independentemente de qual seja a coloração política.

Então, que tenhamos esse pacto para que na segunda-feira à tarde... Na terça nós estaremos aqui a manhã toda para que cheguemos a um consenso e à tarde possamos votar com tranquilidade, não chegando a algum embate. Acho que não se vai chegar a isso.

Mas fica essa proposição, é de interesse nosso. Conversamos com o deputado Waldenor agora há pouco. É o mesmo entendimento do Vice-Líder, que é o deputado Javier. Nós da Bancada temos este entendimento de que é preciso chegar a um consenso numa situação que diz respeito ao Estado, não ao governo. Então, que façamos assim. Quero pontuar isso e agradecer ao deputado Marcelo Nilo pelo entendimento que tem tido com relação à matéria, ouvindo todas as partes.

O Sr. Júnior Magalhães:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Obrigado.

Questão de ordem do deputado Júnior Magalhães.

O Sr. Júnior Magalhães:- Presidente, eu quero, na verdade, ponderar. Este projeto, primeiro, vem com a ementa errada. Já foi discutido isso aqui. No nosso entendimento, você não tem como discutir o teto, e isso é constitucional. O teto do Poder Executivo é o salário do Sr. Governador. Então a minha sugestão, até concordando em parte com os deputados Javier Alfaya e Zé Neto, é que não seja votada essa urgência hoje e primeiro os Líderes se reúnam e venham com a proposta já correta.

Como é que se vai votar a urgência de um projeto como este, que no meu entendimento já é inconstitucional, Sr. Presidente? A minha sugestão...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Paulo Azi, questão de ordem.

O Sr. Júnior Magalhães:- Sr. Presidente, tenho 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Desculpe, deputado. Pensei que V.Ex^a já tinha concluído.

O Sr. Júnior Magalhães:- V.Ex^a está nervoso?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pelo contrário. Estou calmo até demais. Continue.

O Sr. Júnior Magalhães:- Então, quero colocar desta forma: em momento algum estou desautorizando o Líder da minha Bancada, o deputado Heraldo Rocha,

que é um cara sensato, uma pessoa respeitada e por quem tenho admiração e respeito. Mas desejo realmente ponderar que a gente não pode votar a urgência de um projeto destes, eivado de erros e inconstitucionalidade.

O Sr. Paulo Azi:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do último orador sobre esse assunto, deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, infelizmente mais uma vez este Parlamento se vê numa situação delicada. Um assunto que sabemos que está sendo tratado há mais de 6 meses, quando finalmente chega à decisão do Plenário, todos nós temos de tomar uma decisão no mínimo açodada.

Eu considero que não existe um único parlamentar nesta Casa que esteja contrário à votação do subteto. Todos os Líderes partidários já se posicionaram favoravelmente à aprovação do aumento do subteto do funcionalismo público. Nisso, pelo que vejo, não há dúvida. É a unanimidade deste Parlamento.

O que se discute é a forma de fazer, porque também entendo que, da maneira como está sendo proposto, o projeto é eivado de inconstitucionalidade. Concorde com a posição de todos os Líderes no sentido de que tenhamos mais uma semana para que possamos chegar a um linguajar que não afronte a nossa Constituição. Quero dizer, Sr. Presidente, que esta Casa vive sempre a respeitar os acordos, e nós também queremos sempre respeitar os acordos. Mas, ao mesmo tempo precisamos ter um mínimo cuidado com as normas regimentais e constitucionais que regem este Legislativo.

Entendo, Sr. Presidente, e concordo com a posição dos nossos Líderes de votar a urgência para que este projeto seja apreciado na próxima semana. Mas não vejo como votá-la hoje. Afinal de contas, Sr. Presidente, o projeto ainda não existe. Ele não foi sequer publicado no Diário Oficial. Então a proposta que faço, para que possamos respeitar pelo menos o mínimo da base legal, regimental e constitucional, é que V.Ex^a publique o projeto hoje e nós votemos a urgência amanhã para que possamos respeitar ao menos as questões legais, regimentais e constitucionais desta Casa.

Era o que eu tinha a dizer.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Paulo Azi, primeiro, V. Ex^a tem razão.

Deputado Javier Alfaya, nós só poderemos votar esse projeto, aqui, por acordo. O projeto não foi publicado, V.Ex^a tem toda razão. Eu só posso botar para votar por acordo. O deputado Paulo Azi tem razão.

Eu vou fazer um apelo, pois nós só podemos votar urgências por acordo. O projeto não foi publicado, porque a Mesa Diretora, hoje e a semana passada...

Deputado Júnior Magalhães, o deputado Paulo Azi tem razão técnica. O projeto só pode ter a urgência votada hoje se for por acordo, isso é um fato.

Agora, quero dizer ao deputado Paulo Azi que, por acordo, podemos quebrar o Regimento, mas não podemos quebrar a Constituição. Pela amizade, pela consideração e pelo respeito que eu tenho pelo deputados Paulo Azi e Júnior

Magalhães, que levantaram o assunto, e antes de colocar em votação o requerimento, eu iria informar à Casa que só podemos fazer por acordo.

Eu queria fazer um apelo a V.Ex^a, deputado Paulo Azi...

O Sr. Paulo Azi:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não. Questão de ordem do deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Por acordo eu posso até votar o projeto, mas a urgência eu não posso. Eu não posso votar a urgência de algo que não existe.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Paulo Azi, por favor...

Deputado Zé Neto, por favor. Vamos ouvir.

Deputado Zé Neto, meu querido amigo, vamos ouvir.

Deputado Paulo Azi, o que V. Ex^a levantou tecnicamente...

Por acordo só podemos votar depois de publicado. Eu vou fazer o seguinte: para cumprir o Regimento, vou votar a urgência amanhã de manhã por acordo. Para tanto, farei publicar o projeto hoje e vou autorizar manter o quórum desta sessão para amanhã de manhã. Então, todos faremos um acordo, pois não pedi verificação de quórum, concordam?

Deputado Heraldo Rocha, veja bem: o deputado Paulo Azi levantou uma questão de ordem. Tecnicamente, ele e o deputado Júnior Magalhães têm razão. Nós só podemos votar a urgência depois de publicado o projeto.

Eu gostaria de fazer uma proposta. Primeiro, só votar hoje se for por acordo. A proposta é a seguinte: vou autorizar manter o quórum, de hoje para amanhã de manhã, pois é necessário ter 32 deputados presentes amanhã.

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputados, deixem eu concluir a minha proposta.

Então, eu faço um apelo aos Srs Deputados para que venham para o Plenário amanhã de manhã. Assim teremos quórum, apesar de nós já termos feito esse tipo de acordo, mas tudo bem. Faremos o seguinte: publica-se hoje, vota-se a urgência amanhã de manhã.

Faço um apelo aos Srs. Deputados e peço, inclusive, à Oposição para dar quórum, para que tenhamos os 32 deputados. Porque se não houver quórum nós só iremos votar na terça-feira ou na semana seguinte.

É por isso que minha proposta inicial era pela dispensa de formalidades, não era a urgência.

Deputado Heraldo Rocha, por isso minha proposta inicial, em vez da urgência, era a dispensa de formalidades.

Vejam bem, quero registrar que não saiu no *Diário Oficial*, mas já foi protocolado e lido nesta Casa.

Deputado Paulo Azi, quero registrar que foi protocolado, hoje, o projeto. Foi lido no Plenário, portanto já é um projeto de lei tramitando na Casa. Mas ele só tem a formalidade depois que sai no *Diário Oficial*. Fica essa proposta.

Deputado Pedro Alcântara, questão de ordem, último orador.

O Sr. Pedro Alcântara:- Sr. Presidente, os deputados Heraldo Rocha, Júnior Magalhães, Paulo Azi e Gaban deveriam prestar um pouco mais atenção, porque acho que é importante. É tanto que a sessão foi totalmente dedicada a essas questões de ordem. Chegamos aqui, Sr. Presidente, com a proposição de dispensa de formalidades. Houve resistência de algumas lideranças; depois se propôs a urgência do projeto, e caiu por terra também, Sr. Presidente. Tecnicamente estão certos os deputados Paulo Azi e Júnior Magalhães quando questionam a não publicação do projeto. Mas por acordo aqui já se fez, inúmeras vezes, durante esse período. Agora, amanhã, depois de publicado, vamos cobrar também daqueles que, em tese e com os seus argumentos, que eu respeito e tenho respeitado muito, estão postergando essa decisão da votação desse projeto.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. Pedro Alcântara:- Vamos cobrar amanhã, Sr. Presidente, eu tenho um compromisso amanhã e não poderei estar aqui, a Oposição também é responsável pelo quórum aqui amanhã na sessão de amanhã. Porque é contumaz aqui se dizer que a responsabilidade do quórum é da Base do governo. Eu não sou da Base do governo, mas sou um deputado presente aqui há vinte anos nesta Casa, com frequência próxima a 100% em todas as sessões de votação, ordinária, extraordinária, sessão especial e outras coisas mais que acontecem nesta Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Pedro Alcântara, veja bem...

O Sr. Pedro Alcântara:- Para concluir, Sr. Presidente.

Acho, Sr. Presidente, que deveríamos sair daqui hoje ou com a dispensa de formalidades ou com a garantia da votação da urgência do projeto por acordo. Ou então a Oposição se comprometer aqui de público que amanhã dará quórum para votar a urgência do projeto após a sua publicação...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, a Presidência decide o seguinte...

O Sr. Pedro Alcântara:- Nós sabemos, Sr. Presidente, para concluir, ainda estou no meu tempo, que às quintas-feiras, historicamente, esta Casa não tem quórum nem para abrir a sessão...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Gaban,...

O Sr. Pedro Alcântara:- Ainda estou no meu tempo regulamentar, Sr. Presidente, que é regimental. É histórico aqui nesta Casa, Sr. Presidente, às quintas-feiras não ter quórum nem para abrir a sessão.

O Sr. Álvaro Gomes:- Questão de ordem.

O Sr. Pedro Alcântara:- Se olharmos as trintas quintas-feiras, no mínimo 20, 40 ou 60% não teve quórum.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Pedro Alcântara:- A minha preocupação é amanhã não ter quórum para votar a urgência e aí ficar para terça-feira, porque segunda-feira também é a mesma coisa. Então deveríamos sair daqui com a garantia mínima de que esse projeto virá a plenário na terça-feira, buscar forma para isso, Sr. Presidente, sob pena de não votarmos esse projeto nem na próxima terça-feira. Pela minha experiência aponta

nesse sentido de que se não sairmos daqui com a decisão concreta, clara, cristalina, transparente, nem na próxima terça-feira iremos votar esse projeto.

Portanto essa é a minha questão de ordem e essa é a nossa preocupação.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Zé Neto, por favor, eu darei a V.Ex^a, calma.

Deputado Gaban, deputado Heraldo, a Presidência...

Veja bem, eu fiz um acordo aqui com os líderes partidários,- e aqui todos somos deputados-, para votar terça-feira esse projeto. Deputado Zé Neto, deputado Heraldo, eu fiz um acordo aqui para votar terça-feira, comprometi-me a levar os deputados à Procuradoria do Estado e à Procuradoria da Assembleia. Tendo em vista que o acordo, infelizmente, não foi cumprido e dificilmente amanhã terá quórum...

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Zé Neto, por favor, eu tenho o direito de falar deputado, e a decisão já está tomada...então fale deputado Zé Neto, venha com alguma ideia genial.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. Zé Neto:- Veja bem, eu quero propor uma coisa aqui. Primeiro, até concordo em parte com o que a Oposição está colocando porque nós temos que preservar determinados precedentes, e aí está certo, essas coisas eu não vacilo.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Zé Neto:- Quando nós falamos em dispensa de formalidades, o que a Oposição não quer é votar hoje...

O Sr. Gaban:- Com a redação que está aí.

O Sr. Zé Neto:- (...) certo, com a redação que está aí. Com as demais formalidades poderemos negociar uma dispensa de formalidade parcial. Qual seria a dispensa de formalidade parcial? A publicação, a questão da aprovação da Mesa que está se colocando como um dos critérios... Então, se faria aqui um acordo com dispensa parcial de formalidades. Não votaríamos hoje porque aí não se faz o integral. A dispensa de formalidades pode ocorrer de forma integral ou de forma parcial. Faríamos aqui um acordo na supressão de algumas questões que são relacionadas aos temas que foram abordados aqui e manteríamos outros. Entendeu deputado Marcelo Nilo? Sr. Presidente, então tentaríamos aqui uma dispensa de formalidades parcial, deixaríamos de lado... É uma saída que estou colocando. Se for possível fazermos essa dispensa de formalidades parcial, sairíamos bem na fita.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputados, vejamos o seguinte... Srs. Deputados, a Presidência defende o seguinte: se os líderes partidários mantiverem o acordo que nós fizemos aqui, a proposta da Presidência mantém-se de pé. Dificilmente vamos votar amanhã porque dificilmente teremos quórum. Consequentemente...

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

A Presidência fez uma proposta aceita pelos líderes partidários mas que não foi aceita por dois deputados: Paulo Azi e Júnior Magalhães. Consequente, dificilmente o

projeto será votado na próxima semana, porque será votada a urgência na terça-feira...

O Sr. Álvaro Gomes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concederei, deputado.

Vamos ser muito claros, porque aqui só tem pessoas que entendem de Regimento e de Constituição. A Presidência fez uma proposta para que dispensássemos as formalidades para que pudéssemos votar terça-feira. Tendo em vista que o deputado Paulo Azi levantou, tecnicamente, que não foi publicado – por acordo, aqui se pode votar sem publicação, só por acordo – consequente, não vou iludir as pessoas que estão nas galerias que o projeto será votado na próxima semana. Não será. Então, a proposta da Presidência é a seguinte: se os líderes mantiverem o acordo de dispensa de formalidades assinado hoje para que posamos votar terça-feira, mantém-se o acordo – proposta minha. Caso os líderes não o assinem, a proposta da presidência está suspensa, vou mandar publicar amanhã e este assunto está encerrado. Para mim este assunto já está encerrado, exceto se os líderes partidários aceitarem a dispensa de formalidades ou votarmos a urgência hoje, como tínhamos acordado, manteremos o acordo. Caso... Ficamos no seguinte: será votada a urgência na próxima terça-feira para que a próxima votação seja de terça-feira a oito porque não tem outra solução. Esta é a solução, infelizmente. Os deputados fizeram um acordo aqui, de público, vamos falar as coisas com muita clareza: fizeram um acordo aqui de público, os líderes partidários, e, depois, dois deputados fizeram objeções tecnicamente, um assunto que é técnico, e eu tenho que respeitar. Então, para não iludir as pessoas que estão nas galerias, e as que nos acompanham pela televisão, será votada a urgência na próxima terça-feira, exceto se os líderes partidários assinarem a dispensa para votarmos o projeto na terça-feira, e votaremos o projeto de terça-feira a oito, porque não tem outra forma.

Este assunto, com todo respeito aos Srs. Deputados, está encerrado.

Passo a Presidência ao deputado Aderbal Fulco Caldas.

Questão de ordem do deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Álvaro Gomes:- Essa questão é extremamente polêmica e foi demonstrada aqui neste debate, inclusive na suspensão da sessão para se chegar a um denominador comum. Eu acredito que possamos chegar a um consenso. A Bancada de Oposição defende o aumento do teto do governador. Aqui, essa proposta realmente, do meu ponto de vista, é um tanto complicada, precisa de um aperfeiçoamento.

Eu ponderaria para a Bancada de Oposição e para a nossa Bancada também que chegássemos a um denominador. Vejamos: qual a posição da Oposição? Aumenta o subteto do governador. Ponto, essa é a posição da Oposição. Qual a posição do governo? O governador não quer o aumento do subteto do governador. Aí está o impasse. Qual o meio termo que eu sugeriria e que seria bem melhor do que esta proposta aqui? A proposta que faço para a ponderação da Oposição é de aumentar o teto do governador. Nesse ponto chegamos a um denominador comum, a Oposição defende o aumento do teto do governador e eu também concordo. Qual a diferença? Qual a solução que proponho? Aumenta-se o teto do governador a partir de 2001 e,

para efeito do subteto, passa a valer a partir desse momento.

É claro que também é polêmica essa proposta, mas o fato objetivo é que ela aumenta o teto do governador. Agora, particularmente, acho esta proposta que estou fazendo aqui para a apreciação dos senhores muito melhor do que a proposta do ponto de vista da legislação, do ponto de vista técnico.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Álvaro Gomes:- Acredito que estamos a um passo para chegar a um acordo. Em um ponto há consenso: a Bancada da Oposição defende o aumento do teto do governador, e eu estou propondo também o aumento do teto do governador. Há uma dúvida: passa a valer agora ou passa a valer em 2001? No que diz respeito aos servidores, passaria a valer agora – é consenso também. Então só há um ponto divergente: é se o do governador passa a valer agora ou em 2001.

Acredito que o mais correto para resolver este problema político e fazer uma proposta de consenso para agradar Oposição e Situação seria nesse sentido.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Pela ordem, com a palavra o deputado Javier Alfaya.

O Sr. Javier Alfaya:- Sr. Presidente, parece-me que não não faz muito sentido continuarmos a discussão sobre o conteúdo da matéria nesta sessão.

Foi aprovado o encaminhamento pelo presidente, com a concordância de todos nós, para dar continuação à sessão conforme a pauta normal. E estamos jogando para o processo de negociação a redação alternativa a esse texto que foi contestado, de autoria da Mesa Diretora.

Há propostas, do deputado Álvaro e de outros deputados, mas não faz muito sentido usarmos o Plenário para afirmar que a posição de cada um é a melhor para o texto, porque exige dirimir algumas dúvidas que as pessoas estão repetindo no Plenário, colocando informações não muito consistentes sobre supostas alternativas, e esse não é o melhor método para uma matéria tão delicada e tão séria, tão polêmica como estamos vendo agora.

Sugiro a V. Ex^a a que solicite aos deputados para não continuarmos a debater o conteúdo da matéria através de questão de ordem que não vai nos levar a lugar algum. A negociação do texto será feita a partir dessa comissão de líderes formada a partir de agora, para, na próxima semana, terça-feira, apresentarmos uma outra proposta, se for o caso, que virá através da Mesa Diretora da Assembleia, sim, assinada pelo presidente da Mesa Diretora, deputado Marcelo Nilo, e não através da Bancada do governo ou da Bancada da Oposição ou de Bancadas partidárias ou de algum de nós.

É apenas esse apelo, embora eu também quisesse dar uma opinião sobre o conteúdo da matéria. Vou me omitir porque concordamos que não seria usada a questão de ordem para discutir. Quem quiser discutir esse assunto que vá à tribuna, use o seu tempo, o tempo do partido e continue a discussão. Parece-me mais coerente, inclusive para contribuir com o sucesso da boa condução do nobre companheiro Aderbal, que tem sido sempre bastante tranquilo quando está presidindo a sessão.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Caldas):- Muito obrigado, deputado.

Parece que essa também foi a posição do presidente, que deu como encerrada a discussão desse assunto.

Vou conceder apenas uma questão de ordem ao nobre deputado Gaban, que já havia pedido. Peço a V.Ex^a, nobre deputado, que tem o tempo de 5 minutos, que seja breve, para darmos continuidade à presente sessão. Este assunto já foi discutido exaustivamente, e o presidente já chegou a um posicionamento. Enfim, peço que seja sucinto na sua questão de ordem.

O Sr. Gaban:- Pois não, presidente.

Já há até um consenso na Casa em relação ao que está sendo discutido aqui, tendo em vista que este anteprojeto – vamos chamar assim, até porque nem foi aprovado pela Mesa Diretora – é totalmente inconstitucional. Todos os Líderes desta Assembleia pensam desse modo, então é assunto morto.

O que se está discutindo, Sr. Presidente, diz respeito ao art. 34, inciso V da Constituição do Estado da Bahia: é a redação. Esta discussão está mais do que cansativa, na medida em que este projeto está morto. Enfim, é preciso uma redação que atenda a todos.

Na verdade, há dois consensos: a necessidade do aumento do subteto e a conclusão de que este projeto apresentado pela Mesa Diretora é totalmente inconstitucional. Os Líderes devem discutir em busca de uma redação que atenda a todos nesta Casa. Assunto encerrado.

O Sr. Pedro Alcântara:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Vou conceder a última questão de ordem, visto que o presidente que me antecedeu já havia definido que não existiria outra possibilidade que não fosse o acordo e deu por encerrado o assunto.

Concedo a questão de ordem ao nobre deputado Pedro Alcântara. Peço que seja breve.

O Sr. Pedro Alcântara:- Agradeço a V.Ex^a, presidente. É só para esclarecer as colocações do eminente e grande amigo deputado Gaban.

Deputado, devo dizer que não é consenso das Lideranças que este projeto seja inconstitucional, absolutamente. Essa afirmativa não é verdadeira.

E a posição do nosso partido é clara, cristalina: faremos todos os esforços no sentido de votar esse projeto hoje, pois assim atenderemos aqueles que nos têm procurado, com os quais assumimos o compromisso de dar celeridade a esta matéria. Não houve o acordo para a dispensa de formalidades e para se garantir o quórum mínimo. O presidente deu por encerrada essa questão por hoje, e na terça-feira voltaremos ao debate. Mas a nossa posição é a de votarmos o mais rapidamente possível esse projeto para atender aqueles que nos procuraram.

Então cada um assuma a sua responsabilidade em relação a essa questão. Não estou preocupado com o salário do governador nem acho que ele esteja, até porque não é obrigado a aceitar aumento dado por terceiros.

Portanto, Sr. Presidente, esta é a posição do partido. Vamos buscar o entendimento para encontrarmos, com celeridade, uma alternativa. Acho salutar a

busca de uma alternativa conjunta. Não podemos, em absoluto, deixar de votar esse projeto na próxima semana.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela compreensão.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Grande Expediente.

Concedo palavra ao nobre deputado Ivo de Assis pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. IVO DE ASSIS:- Sr. Presidente, membros da imprensa, funcionários desta Casa, deputadas e deputados, depois dessa discussão tão acalorada, chegou a minha vez de vir a esta tribuna para trazer um assunto que considero de grande importância, de grande relevância, que é a questão dos deficientes.

Na segunda-feira, dia 21, tivemos o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência. É uma data em que temos de discutir o tema dos deficientes para que tenham condições de vida mais dignas, mais justas, uma vez que a nossa Constituição lhes garante essa qualidade de vida...

Peço um pouco de silêncio aqui atrás, porque está difícil discursar com a conversa na sala do cafezinho.

É muito delicada essa questão dos deficientes. E a Constituição federal, repito, lhes assegura uma condição de vida digna. Só que ela não está sendo cumprida. Infelizmente, as leis que garantem uma qualidade de vida aos deficientes também não estão sendo observadas, haja vista que a acessibilidade nos prédios públicos é muito difícil. Aqui mesmo na Assembleia Legislativa, recebemos, na última terça-feira, uma comissão de deficientes cadeirantes, que tiveram dificuldades de chegar até a sala das comissões por causa da acessibilidade aqui dentro da própria Assembleia, que não facilita que essas pessoas se locomovam.

Fiz até ao nosso presidente um ofício solicitando providências também nesse sentido, porque a Assembleia é a Casa do Povo, e nós temos que dar o exemplo já, a partir da própria Assembleia Legislativa. Diz aqui:

“A comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo fora contactada pelos portadores de deficiência física, momento em que os mesmos externaram suas insatisfações com a atual situação em que se encontram. Com a intenção de dar uma resposta satisfatória às demandas apresentadas, a comissão reuniu os interessados em audiência pública, que ocorreu no dia 8 de setembro...”

E também ontem, dia 22, tivemos uma outra audiência para tratarmos dessa questão e durante essa audiência os representantes de portadores com deficiência física tiveram muita dificuldade no acesso à sala das comissões, principalmente os cadeirantes. Os elevadores, no caso, o elevador que temos aqui embaixo só comporta uma cadeira de rodas por vez, e isso aí já deveria ter sido verificado, porque nós temos no acesso ao gabinete dos deputados dois elevadores amplos que comportam, talvez, três cadeiras de rodas ou até mais, e o elevador que dá acesso aqui ao Plenário,

que dá acesso à sala das comissões é tão compacto que mal cabe uma cadeira de rodas.

Tive a oportunidade de receber os cadeirantes aqui na entrada e pude constatar essa dificuldade. Eu fui ajudá-los, inclusive, a entrar no elevador e vi quão difícil foi colocar a cadeira de rodas dentro daquele elevador.

Então, por essa razão nós fizemos esse ofício solicitando ao presidente que veja...

O Sr. Pedro Alcântara:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. IVO DE ASSIS:- O deputado Pedro Alcântara está inscrito.

(...) essa questão do elevador de acesso ao Plenário, como também à sala das comissões. Fizemos também um pedido para que nas salas das comissões haja uma rampa. Podemos fazer, inclusive, uma rampa de madeira, cujo custo é baixo e vai facilitar a acessibilidade dos deficientes físicos, no caso, os cadeirantes. Então, é importante que comecemos a discutir essa questão.

Tenho aqui dados importantíssimos para trazer aos meus pares, aos companheiros, a respeito da situação dos deficientes físicos do nosso país, mas antes disso quero conceder um aparte ao deputado Pedro Alcântara, Líder do PR nesta Casa, meu Líder.

A Sr^a Maria Luiza Laudano:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. IVO DE ASSIS:- A deputada Maria Luiza Laudano está inscrita também.

O Sr. Pedro Alcântara:- Caro deputado Ivo, por este tema que V.Ex^a traz à tribuna desta Casa eu quero parabenizá-lo, porque é um tema muito importante, infelizmente prejudicado, hoje, por uma questão de um projeto polêmico. Entendo que V.Ex^a tem até o dever de voltar à tribuna desta Casa, na próxima semana, com este mesmo tema e terá todo nosso apoio nesse sentido, que eu acho de uma relevância extraordinária.

Nós já vimos os cadeirantes nos elevadores, como V.Ex^a faz referência, nem o auxiliar dele tem condição de adentrar o elevador, o auxiliar que ajuda a conduzi-lo. Então, realmente é um sacrifício ter acesso à Casa do Povo, que é esta Casa, imagine a outras repartições do nosso Estado.

Então, é uma questão em que V.Ex^a tem todo nosso apoio, porque sei da sua preocupação com essa questão. V.Ex^a é um deputado que atua nessa área, na área social, e esses irmãos, companheiros que têm dificuldades, limitações de deambulação, de locomoção precisam de um apoio mais ostensivo nosso.

Eu vi no *Diário Oficial*, não no *Diário Oficial*, nos jornais diários da nossa cidade, que está se fazendo uma proposição para construção de novo prédio nesta Casa. Nós poderíamos agregar a isso algumas reformas que dessem acesso aos nossos gabinetes, às comissões, ao Plenário desta Casa, facilitando o acesso desses amigos e companheiros que precisam do nosso apoio. Talvez não apenas escadas de madeira, mas como as escadas que existem no Congresso Nacional, que são esteiras rolantes, que não causam dificuldades de acesso – cabem em alguns locais deste edifício e do nosso esteiras rolantes, não escadas, mas esteiras rolantes –, para que eles pudessem ter o acesso facilitado e manter um contato mais direto conosco e não fôssemos

atendê-los ao ar livre, a céu aberto, ou na portaria, com toda dificuldade, constringendo quem tem assuntos, evidentemente, confidenciais, assuntos que devem ser tratados de maneira que não constanja aqueles que nos procuram.

Parabenizo V.Ex^a por trazer um tema tão relevante a esta questão, mas, friso, prejudicado em função de ter sido o tema principal desta sessão um assunto que acabamos de discutir através de questão de ordem, prejudicando uma proposição e um pronunciamento tão importante para esta Casa e para a Bahia como é o de V.Ex^a. Quero parabenizá-lo com toda segurança e experiência que temos nesta Casa e solicitar que, no momento oportuno, retorne com este tema, para que ele possa ser melhor debatido, esclarecido e viabilizado na proporção de V.Ex^a.

O Sr. IVO DE ASSIS:- Incorporo seu aparte e agradeço-lhe.

Daqui a pouco concederei um aparte à deputada Maria Luiza Laudano, que também pediu.

Quero ler aqui o discurso que foi feito ontem.

Diz aqui: “A realidade do país ao 60 anos da Declaração Universal.' *de responsabilidade da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República - SEDH/PR, que diz:*

A convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, incorporada à legislação brasileira, é um marco para o movimento que luta pela inclusão de uma população que hoje supera 24 milhões de pessoas [no nosso país]...”

Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, essa informação, esse dado que trago a esta tribuna é alarmante, porque, hoje, em nosso País temos cerca de 24 milhões de pessoas portadoras de deficiência. São pessoas, cidadãos que necessitam de atenção especial por parte das autoridades competentes porque, infelizmente, enfrentam dificuldades nos transportes, nos prédios públicos e nas empresas privadas.

E são pessoas que não estão tendo acesso à educação. Uma das queixas que eles trouxeram a esta Casa foi a respeito das escolas: porque a maioria dos deficientes, principalmente cadeirantes, não estão podendo estudar. São pessoas que estão sendo completamente excluídas da nossa sociedade por falta de oportunidade de frequentar uma escola. E não podemos permitir que essa situação continue, tem que haver providências, que haver ações afirmativas do Poder Legislativo e do Poder Executivo para coibir esse tipo de exclusão.

Porque os deficientes não querem que tenhamos pena, compaixão deles. Eles querem, simplesmente, que respeitemos seus direitos para que possam, realmente, gozar de sua cidadania, exercer seu direito de ir e vir com toda facilidade, com toda segurança.

Concedo o aparte à deputada Maria Luiza Laudano.

A Sr^a Maria Luiza Laudano:- Quero agradecer, deputado, pelo aparte concedido, e dizer que o tema tratado por V.Ex^a nesta tarde é importantíssimo. É uma pena que estejamos com o Plenário um pouco desatencioso, mas peço-lhe que repita esse pronunciamento quando nós pudermos atentar e ouvir V.Ex^a.

Mas quero dizer que, realmente, os poderes públicos têm que olhar para esse

problema do acesso das pessoas deficientes físicas, principalmente daquelas que usam cadeira de rodas. E, como sabemos, em nossa Casa, não há lugar algum para adequar um elevador para que as pessoas possam participar das nossas sessões. Sentimos isso. Sabemos, sem dúvida alguma, que, no nosso Estado, 395 mil pessoas são portadoras de algum tipo de deficiência, 14,5% da população são cadeirantes. Temos que olhar que, realmente, os poderes públicos não atentam que esses nossos irmãos merecem respeito, dependem de atenção, de que pelo menos respeitemos o seu direito, como disse V.Ex^a, de ir e vir.

Parabenizo V.Ex^a, por esse brilhante pronunciamento. Realmente endosso as palavras do colega Pedro Alcântara. Estamos aqui para unir esforços para que possamos atender aos reclamos dos nossos amigos, dos nossos irmãos que querem somente os mesmos direitos que nós, são, temos. Muito obrigada.

O Sr. IVO DE ASSIS:- Agradeço o aparte de V.Ex^a e agradeço-lhe ter sido aparteado por V.Ex^a. Então, são 24 milhões de pessoas deficientes no nosso País e que ainda sofrem com a discriminação e com a falta de acessibilidade.

Infelizmente, vivemos numa sociedade que é preconceituosa. Há pessoas que olham com “rabo-de-olho” quando percebem uma pessoa deficiente. Não olham, não encaram, olham com “rabo-de-olho” como se o deficiente fosse uma pessoa doente, como se fosse um animal, como se fosse uma coisa qualquer. Até isso os deficientes têm sofrido. Em pleno Século XXI, no ano de 2009, eles ainda sofrem esse tipo de discriminação e preconceito.

(Lê) *“Estamos aqui também para celebrar o dia 21 de setembro, quando comemoramos o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, data instituída oficialmente no nosso País desde 2005, através da lei n.º 11.133. Mais uma demanda nos move até aqui...”*. Queremos propor que façamos aqui nesta Casa alguns projetos, algumas indicações para ajudar essas pessoas que têm essa dificuldade. Precisamos que toda as pessoas se mobilizem no sentido de facilitar a vida dos deficientes.

Gostaríamos de declarar que (lê) *“...no último dia 05 de agosto de 2009, nos corredores históricos da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia, ocorreu o lançamento aqui no nosso estado daquela obra fundamental mencionada há pouco, momento que contou com as presenças do Senhor Ministro da importante Pasta Nacional dos Direitos Humanos, do Governador do Estado da Bahia, do Presidente desta Casa Legislativa e demais autoridades. E esta importante ferramenta conceito para garantia de direitos esta disponível nos meios eletrônicos através do site sigaestaideia.org.br.*

E é com suporte nesta publicação que formulamos o nosso discurso de abertura deste importante dia, ali encontramos também o dispositivo da Declaração Universal que fundamenta juridicamente esta nossa discussão, qual seja: "Art. 22. 'Toda pessoa tem direito à segurança social e à realização dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade.' Temos este artigo como uma das ferramentas importantes que subsidiam, no plano internacional e, assim, também local, as demandas sobre a proteção aos direitos das pessoas com deficiências. No âmbito nacional, temos uma

legislação bastante extensa: para regular a Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, e estabelecer amplos direitos, contamos com a lei nº 7.853/89 e o decreto 3.298/99 que balizam a política nacional para integração da pessoa portadora de deficiência. Em 2000 pudemos integrar neste processo mais dois diplomas legais as leis 10.048 e 10.098 (esta última reconhecida como 'lei da acessibilidade'), além do decreto 5.296, que regula estes diplomas, e que passou a vigorar em 2004. Os organismos públicos e privados, e a sociedade civil organizada ainda podem contar com o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, órgão que compõe a estrutura básica da Secretaria Especial de Direitos Humanos e tem a atribuição de acompanhar e avaliar o andamento das políticas nacionais para inclusão da pessoa com deficiência e das políticas setoriais nas diversas áreas.

Tomando como referencia o ano de 2008 poderíamos perguntar, então: próximos aos 120 anos da proclamação da República, após 60 anos de Declaração Universal dos Direitos Humanos e de podermos comemorar o aniversário de número 20 da nossa "Constituição Cidadã", o que mudou para parcela significativa da nossa sociedade que representa o contingente populacional das pessoas com deficiência?"

Infelizmente, praticamente nada mudou. Após 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, após 20 anos da promulgação da nossa Constituição Cidadã, infelizmente, pouca coisa mudou para os portadores de deficiência. Eles continuam tendo os seus direitos violados. É hora, então, de tomarmos providências para mudarmos essa situação.

(Lê) “Fazer esse balanço é de vital importância. Aqui, hoje, a Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo desta Casa vem, na medida das suas atribuições, ajudar a escrever um novo capítulo na história do nosso Estado no âmbito desta discussão.

A conquista mais recente acerca dos Direitos das pessoas com deficiência é a ratificação brasileira da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em 9 de julho de 2008, tendo sido incorporada à nossa legislação com equivalência de emenda constitucional, conforme determinado pela Emenda Constitucional nº 45/2004. Além do protocolo facultativo assinado, pelo qual o Brasil se obriga a permitir que seus cidadãos comuniquem violações a esses direitos ao Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

No tocante a contribuição deste importante diploma legal internacional destaca-se a gama de conceitos em tomo desta discussão que podemos ali encontrar. No seu artigo primeiro, a Convenção define as pessoas com deficiência como "aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas."

Então, o que os deficientes buscam, na verdade, é uma igualdade de condições para que eles possam entrar no mercado de trabalho. Temos aqui uma estatística muito importante que fala que, infelizmente, a grande parte dos deficientes está fora

do mercado de trabalho, não tem condição nenhuma de trabalho.

A Sr^a Eliana Boaventura:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. IVO DE ASSIS:- A deputada Eliana Boaventura está inscrita. Vou lhe conceder um aparte, ainda temos 5 minutos. Deixe-me acelerar um pouco aqui a leitura para ver se conseguimos falar desses dados tão importantes.

(Lê) *“A acessibilidade, portanto, é o direito que as pessoas com deficiência têm de cobrar dos entes públicos e privados a "derrubada" das barreiras que obstruem o livre trânsito e exercício para a cidadania em "pé de igualdade", saliente-se tanto barreiras físicas quanto psicológicas, aqui falamos dos preconceitos e da discriminação.*

Apenas recentemente, Srs. Deputados, gostaria de passar uma informação muito importante, esta população passou a ser "contada" nos Censos brasileiros, no início da última década do século XX. Até aquele momento utilizávamos a estimativa dada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), "segundo a qual 10% da população de um país, em tempos de paz, possui algum tipo de deficiência", somente em 1991 e em 2000 é que o nosso censo passou a incluir esta parcela da população para descobrirmos algo que, de alguma forma já se imaginava, o grande contingente populacional existente neste segmento, “no levantamento mais recente, mais de 24 milhões de brasileiros declararam possuir algum tipo de deficiência, o que representa 14,5% da população.”

Então, vejamos, a rejeição e a discriminação aos deficientes eram tão grandes que o IBGE não os incluía em suas estatísticas. Quando havia censo, o IBGE não incluía os deficientes. Somente a partir de 1990 os portadores de deficiência passaram a ser incluídos nos censos realizados pelo IBGE.

A Sr^a Eliana Boaventura:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. IVO DE ASSIS:- Deputada Eliana Boaventura, por favor, concedo-lhe um aparte, porque já está expirando o nosso tempo.

A Sr^a Eliana Boaventura:- Deputado Ivo de Assis, para mim é prazer fazer um aparte no discurso de V.Ex^a e, ao mesmo tempo, agradeço-o. Ontem, eu pude ficar por momentos na Comissão de Direitos Humanos. Parabenizo-o pela iniciativa. Nós temos de, realmente, nos debruçar sobre questões como esta. São 24 milhões de pessoas que têm algum tipo de deficiência. Ontem, eu vi na comissão quantas pessoas foram como também os presidentes de associações. Eles quase pediram: *socorro, alguém me ouça!* E V.Ex^a demonstra a sensibilidade e a vontade de servir aos mais carentes e aos que precisam. Nós precisamos promover a inclusão das pessoas na sociedade de uma forma digna e de uma forma correta, porque nós temos a certeza de que as pessoas precisam de nossa representação.

Então, o meu aparte é para lhe parabenizar e dizer que deputados como o senhor devem estar, realmente, representando a Bahia. Isso faz parte desta sociedade que se sente excluída e tem em V.Ex^a uma pessoa que vem a representá-los e pode, ao mesmo tempo e ao menos, falar e ser escutado por outros para que, efetivamente, se transforme esta exclusão em inclusão social.

Muito obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Javier Alfaya:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. IVO DE ASSIS:- Eu agradeço ser aparteado por V.Exª, deputada Eliana Boaventura, e incluo o seu aparte em nosso pronunciamento.

Com a palavra, para um aparte, o deputado Javier Alfaya.

O Sr. Javier Alfaya:- Deputado Ivo, parabéns pelo pronunciamento e pela escolha do tema. Serei breve, pois V.Exª tem ainda um minuto e vinte segundos. Sou integrante da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Infra-estrutura e Turismo que V.Exª preside. Já disse que, a partir da próxima semana, estarei com regularidade contribuindo com os trabalhos que V.Exª leva adiante com muita dedicação.

Sabe V.Exª que eu pleiteio inclusive mais responsabilidade na comissão. Estou querendo uma função importante dentro da comissão para que V.Exª possa inclusive contar com a minha ajuda melhor e ser ainda o melhor presidente desta comissão. Eu peguei parte do debate de ontem. Eu conheço alguns daqueles companheiros de quando era vereador desta capital. Era a nossa velha luta aqui em Salvador e nas outras cidades baianas que nós, também, devemos travar na comissão, deputado Ivo. É a luta para nós dotarmos em nossa arquitetura e em nosso desenho urbano de acessibilidade. Este é um assunto que V.Exª já pautou. Eu quero reafirmar o meu interesse por isso.

Parabéns pelo trabalho. Parabéns pelo discurso de agora.

O Sr. IVO DE ASSIS:- Incluo o aparte de V.Exª também ao nosso pronunciamento. E, em outra oportunidade, voltarei a esta tribuna para falar um pouco mais sobre esta questão haja vista o tempo já estar expirando. Eu tinha aqui dados importantíssimos para trazer a esta Casa Legislativa. Então, vamos deixar para a próxima semana quando me inscreverei no Grande Expediente para poder, então, trazer esses dados. Tenho a certeza de que esses dados irão chocá-los assim como me chocaram quando tive acesso a informações e aos dados que, infelizmente, estão presentes aí em nossa sociedade a respeito da discriminação, a respeito da exclusão dos deficientes. Eu fiquei muito chocado com esses dados. Quero trazê-los para que V.Exªs possam, também, me auxiliar e me ajudar a tomar atitudes e ações concretas e positivas com intuito de contribuir positivamente para com esta parcela que tem sido excluída de nossa sociedade.

Obrigado, presidente, pela vossa tolerância.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Horário das Representações Partidárias.

Concedo a palavra ao nobre Líder do governo ou da Maioria ou do representante do PCdoB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Javier Alfaya:- Pois não, Sr. Presidente, eu falarei pelo breve tempo de quatro minutos e o companheiro Álvaro Gomes pelo tempo de seis minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra, pelo tempo de quatro minutos, o nobre deputado Javier Alfaya.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Muito obrigado, Sr. Presidente.

Estamos às vésperas, Srs. Deputados, de um dos grandes acontecimentos da política brasileira, que será a realização, no início do mês de novembro, do 12º Congresso do Partido Comunista do Brasil - PCdoB.

Nosso partido foi fundado em 25 de março de 1922 e tem sido, durante essas décadas todas, absolutamente fiel ao seu principal compromisso, que é o de servir aos mais profundos interesses da Nação brasileira, enquanto projeto nacional, dos trabalhadores brasileiros e das trabalhadoras brasileiras, à juventude do nosso País e a todas as causas que visam transformar a sociedade brasileira numa sociedade mais equilibrada, que encontre seu caminho de felicidade, realização e orgulho pelas conquistas já alcançadas, e uma Nação animada para alcançar novos desafios.

O 12º Congresso de nosso partido vai aprovar um Projeto Nacional de Desenvolvimento, que chamamos, deputado Aderbal, de Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento, diferenciando-o daquelas outras iniciativas anteriormente feitas em nosso País, inspiradas nas grandes teses de Celso Furtado e, em outras épocas anteriores, nas teses e nas políticas de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, de todos aqueles modelos de crescimento econômico que se aplicaram no País, mas que não redundaram numa distribuição de renda que permitisse à sociedade brasileira ter níveis menores de desigualdade e uma diferença menos cruel entre, por exemplo, quem é do Norte e quem é do interior de Santa Catarina; quem é do interior da Bahia e quem é do interior do Paraná; dos brancos e dos negros; e dos brancos em relação aos indígenas e aos demais outros segmentos étnicos que compõem a nossa sociedade.

As grandes diferenças que há entre homens e mulheres têm que ser abordadas, resolvidas gradativamente, mas sem parar, consistentemente, para que qualquer projeto de desenvolvimento social possa, de fato, ter esse nome: desenvolvimento social, e não apenas e meramente crescimento econômico com concentração de renda, com concentração de poder em decorrência de essa renda ficar na mão de uma pequena parcela da nossa sociedade.

No Brasil, deputado Aderbal – V.Ex^a que militou na esquerda na juventude, como confirmou-me há alguns dias –, não é possível continuarmos numa sociedade como a nossa, que é a 11ª economia do mundo e um dos piores países do mundo em termos de distribuição de renda. Somos um País com extraordinárias potencialidades energéticas, no que diz respeito à capacidade de utilização da natureza de maneira adequada, correta, ambientalmente sustentável, com, potencialmente, um grande mercado interno de consumo, representado por quase 190 milhões de brasileiros e brasileiras, mas que convive com fenômenos absurdos, como é o caso, agora, do crescimento da violência, que não é apenas na Bahia, não é apenas sob o governo Wagner, é um fenômeno brasileiro, sul-americano e mundial.

É preciso crescer, mas que o crescimento seja expressão, matriz e locomotiva de outras grandes mudanças, com a distribuição de renda.

No Brasil, deputado Aderbal, 200 mil famílias são proprietárias de mais de 50% da renda nacional, 200 mil famílias apenas são proprietárias de mais da metade da riqueza que se produz no País.

Não é possível continuar com este Brasil com grande potencialidade por um lado e grandes injustiças por outro lado.

Por esta razão, convido todos a também se debruçarem sobre as teses do PCdoB, especialmente aqueles deputados que gostam de discutir planejamento estratégico do País, meu caro deputado Gilberto, que já abordou esse assunto aqui, deputado Paulo Rangel, que é um homem que veio da lide como líder sindical e dirigente de empresa estatal estratégica, como a CHESF, que nós todos discutamos as teses do nosso partido, especialmente a do meu partido, agora nesse caso concretamente, para esboçar conjuntamente o novo projeto nacional de desenvolvimento que sairá da aliança das forças políticas que hoje apoiam os governos Lula e Wagner mas, certamente, muitos outros partidos e segmentos de partidos estarão também defendendo essas posições e teses.

Muito obrigado, deputado Aderbal.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra, pelo tempo de 06 minutos, o nobre deputado Álvaro Gomes.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, estamos em preparação do 12º Congresso do Partido Comunista do Brasil. No último final de semana estive visitando e participando de algumas conferências nas cidades de Simões Filho, Lauro de Freitas, Tapiramutá, Utinga, Bonito e Itaberaba. Estamos no processo de preparação do 12º Congresso do PCdoB.

Esse congresso terá uma importância muito grande para todos nós. O congresso é de um partido que cresce, que se consolida, que amplia suas bases sem perder a sua essência.

Portanto, estaremos, de 5 a 8 de novembro, em São Paulo participando desse grande evento. Na Bahia são 364 municípios e em todos devem-se realizar conferências. Nos municípios onde não se realizarem conferências as direções serão automaticamente extintas e construídas novas direções.

É dever de todo comunista, é dever do partido em todas as cidades realizar as conferências e participar do processo de preparação do 12º Congresso do nosso partido.

Uma outra questão que eu também gostaria de ressaltar é que ontem estive presente em uma das atividades dos bancários, e hoje à noite temos assembleia, os bancários terão assembleia. Eu continuo sendo bancário, além de bancário continuo sendo dirigente do Sindicato dos Bancários da Bahia também. Teremos assembleia hoje à noite para discutir exatamente os rumos da campanha salarial, podendo os bancários, a depender da decisão da assembleia, deflagrar uma greve em função da intransigência patronal que se recusa a atender às reivindicações mínimas dos bancários.

Ontem teve uma atividade que já faz parte do calendário do nosso Estado: o caruru dos bancários, que foi realizado na porta do Banco do Brasil e simboliza a interação da categoria bancária com a sociedade porque a nossa luta não é apenas em

defesa da categoria, não é uma luta corporativista, é uma luta que enxerga muito além. Por isso lutamos em defesa da categoria e também em defesa da população.

Entendemos que os bancos são o segmento mais privilegiado da sociedade e a clientela precisa ser bem atendida, precisa ter um atendimento de qualidade. Nesse sentido a nossa campanha salarial aborda dois problemas: a luta específica da categoria, melhores salários, condições de trabalho, e também a luta em defesa da clientela e da sociedade porque os bancos exploram não apenas os bancários, exploram também toda a sociedade e a clientela.

A terceira questão que eu gostaria de ressaltar e, ao mesmo tempo fazer um convite, é que amanhã teremos uma sessão especial em comemoração ao 4º centenário do Ministério Público da Bahia. Então, amanhã, a partir das 14h30min, teremos essa sessão especial proposta por mim. Tive essa iniciativa porque entendo que o Ministério Público tem uma importância muito grande para a nossa sociedade.

A história do Ministério Público se confunde com a história do Tribunal de Justiça da Bahia, que completou 400 anos neste ano. O Ministério Público do Estado Bahia também completou 400 anos, e teve seu início, no Estado da Bahia, em 07 de março de 1609, no Brasil-Colônia, com a instalação do Tribunal de Relação do Estado do Brasil, o primeiro Tribunal de Justiça das Américas. No mesmo ano, também foi previsto pela primeira vez no País a figura do promotor de justiça, que atuava também como procurador de feitos da Coroa, Fazenda e Fisco. Nascia aí o Ministério Público. Assim, o primeiro Tribunal de Justiça da Américas e o primeiro Ministério Público das Américas foram fundados aqui na Bahia.

Queremos convidar toda a sociedade, todos os parlamentares, para participarem desse importante evento, que acontecerá amanhã, quando faremos as justas homenagens ao Ministério Público do Estado da Bahia, o primeiro das Américas, que tem uma importância extraordinária e uma história de 400 anos muito rica.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Concedo a palavra ao nobre do governo e da Maioria, ou representante do PSB, para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falará pelo tempo de 5 minutos a deputada Fátima Nunes e pelo tempo de 5 minutos, o deputado Bira Corôa.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, a nobre deputada, representante do nordeste baiano, Fátima Nunes.

A Srª FÁTIMA NUNES:- Sr. Presidente, Srªs Deputadas, Srs. Deputados, como bem disse V.Exª, sou a representante do povo do sertão. Quero dizer da minha alegria nesses dois anos do Programa Água para Todos.

Sei que o tempo está próximo a se encerrar, mas queria aproveitá-lo para falar desse grandioso programa que o nosso governador Jaques Wagner, desde a sua posse, iniciou para garantir água e saneamento a pelo menos 3,5 milhões de baianos, trazendo assim mais qualidade de vida, desenvolvimento e inclusão social para sua

população. Foi com esse objetivo que surgiu o Programa Água para Todos com o propósito de dar acesso a água de qualidade a 1,25 milhão de famílias na área urbana e na área rural.

Por isso a nossa alegria nestes dois anos. Quando falo do Programa Água para Todos, lembro, inclusive, de alguns municípios que em épocas passadas, como foi o caso de Pedro Alexandre, que teve um sistema de água da cidade inaugurado com as caixas d'água cheias por carros-pipa. Só que aquela acabou e o município ficou apenas com as encanações. Enfim, continuou sem água.

Hoje, estamos realmente próximos de resolver definitivamente o problema de água em Pedro Alexandre, porque, com o Programa Pró-Água, do governo federal – parceiro do Programa Água para Todos, que é do governo estadual –, foi licitada uma obra no valor de R\$ 11 milhões, que vai levar água do município de Jeremoabo, na localidade Tranqueira, para Pedro Alexandre.

O mais importante é que essa adutora vai deixar, no caminho, água para as comunidades rurais na Lagoa Escondida, na Lagoa Escura, na Malhada Nova, na Lagoa dos Porcos. Comunidades que há muitos anos esperavam essa água vão fazer a festa com muita alegria e muita dignidade, porque água é vida, é cidadania, é liberdade, é um direito, principalmente, para as mulheres, que tirarão a lata d'água da cabeça e poderão, assim, ter uma qualidade de vida melhor.

Quem tem água na torneira todos os dias não sabe o que significa pegar um pote, colocar na cabeça e ir duas ou três vezes ao mesmo tanque, fazendo a mesma viagem, para ter pelo menos a água para beber, tomar banho e para as coisas básicas de uma residência.

Então quero parabenizar o governador Jaques Wagner, tendo em vista que ele – além de incluir no seu programa de governo o programa de 1 milhão de cisternas, que foi pensado e iniciado pela Articulação do Semiárido – também pensou nas outras formas de garantir a água para as comunidades. De modo que hoje a gente pode registrar com muita satisfação as realizações que já garantem, seguramente, a água tanto para o consumo humano como para a criação de pequenos animais nas propriedades que estão ali nas margens dessas adutoras.

A gente pode registrar a perfuração de 1.255 poços artesianos, 20 barragens, mais de 261 mil ligações de água, mais de 800 sistemas de abastecimento de água construídos, 400 sistemas de água recuperados e ampliados, 13 sistemas de esgotamento sanitário e 12.846 melhorias sanitárias domiciliares, além de 106.948 ligações de esgoto.

Na lembrança dessas ligações, queria falar do município de Euclides da Cunha, que recebeu a visita do governador no sábado passado, quando se fez uma grande festa pelo aniversário daquela cidade. E como em aniversário tem de haver presente, o município recebeu um muito grande: a obra de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Além da preocupação com os feirantes, entregando os galpões onde eles vão trabalhar com mais sossego, debaixo da sombra e com mais qualidade para o seu comércio.

Muito obrigada pela paciência, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. Álvaro Gomes:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Pela ordem, deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, peço que V.Ex^a prorrogue esta sessão por mais 20 minutos para que tenhamos a oportunidade de ouvir mais alguns oradores, como o deputado Gilberto Brito.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Srs. Deputados, submento à apreciação do Plenário a proposta do nobre deputado Álvaro Gomes de prorrogação da presente sessão por 20 minutos. Os Srs. Deputados que a aprovam mantenham-se como se encontram. (Pausa) Aprovado.

A sessão está prorrogada por 20 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o nobre deputado Bira Corôa, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores, faço uso da palavra neste momento para, primeiro, destacar que o Município de Camaçari entra num ciclo de comemorações. Comemorações cívicas que se iniciaram no dia 7 de setembro, quando foram realizados dois eventos: desfiles na localidade de Gleba E pela manhã e, à tarde, no Distrito de Parafuso, com a participação de colégios locais, bandas marciais, e com manifestações populares – faz parte da cultura do município as manifestações populares e, também, de ações públicas – como o grito dos excluídos.

No domingo passado também foram realizadas as comemorações em Abrantes, porque esse distrito data o início do município. O surgimento de Camaçari se dá a partir de Abrantes há 451 anos.

O município, na próxima segunda-feira, dia 28, estará comemorando os 251 anos de emancipação política, que é retratada como a festa magna da cidade, com desfiles cívicos e um conjunto de atividades sociais e culturais que envolvem todas as festividades. Sem dúvida, eu não poderia deixar de registrar a magnitude que é para Camaçari esse período.

Com certeza, Camaçari tem muito a comemorar neste ano. A comunidade tem a comemorar o sucesso por ter reeleito o prefeito Luiz Carlos Caetano, que vem respondendo afirmativamente aos anseios e interesses da população do município e, sem dúvida alguma, vem despertando mais e mais a participação popular e o interesse da sociedade nas festividades, nas ações cívicas.

Não poderia deixar de retratar, Sr. Presidente, que é também um prêmio para o município o dia de hoje, porque seu gestor, o prefeito Luiz Carlos Caetano, faz aniversário. E, como é também uma cultura, seu aniversário é comemorado juntamente com a comunidade, com o povo. Durante todo o dia de hoje houve um conjunto de manifestações comemorativas ao aniversário do prefeito. Logo mais, a partir das 19 horas, ele estará recepcionando toda a sociedade de Camaçari na localidade de Coqueiro de Arembepe.

Então, não poderia deixar de registrar o momento de participação e, acima de tudo, de comemoração que vivem os munícipes de Camaçari pela passagem do aniversário do município e, também, pelo aniversário do seu gestor, o prefeito Luiz Carlos Caetano, o qual queremos destacar, com todo respeito e apreço, pela belíssima gestão que vem fazendo, dignificando o Partido dos Trabalhadores na Bahia, referendando uma gestão popular, e que, acima de tudo, vem afirmando os interesses da sociedade em consolidar uma sociedade cada vez mais igualitária.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o nobre Líder da Minoria ou o representante do PTN para falar ou indicar orador, pelo tempo de 10 minutos. (Pausa) Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PRP/PDT/PSC para falar ou indicar orador, pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o deputado Gilberto Brito.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Vamos ter o prazer de ouvir, pelo tempo de 10 minutos, o poeta de Paramirim, nobre deputado Gilberto Brito, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. GILBERTO BRITO:- Meu estimado e querido amigo deputado Aderbal Caldas, tenho prazer de subir à tribuna e ter V. Ex^a, mesmo que *ad hoc*, à frente dos trabalhos da Casa. É uma satisfação por diversos motivos: primeiro, por tratar-se de um colega desceite; segundo, por tratar-se de um amigo do peito; e terceiro, por tratar-se de um sertanejo dos bons.

V. Ex^a, por certo, se constitui em um dos parlamentares com melhor trânsito na Casa, pela sua incapacidade de fazer e construir arrestas. V. Ex^a é uma verdadeira ponte entre as pessoas, pelo seu jeito simples, direto, amigo e, sobretudo, conhecedor da realidade da vida, que aqui se faz presente não somente por uma questão política mas também, e principalmente, por uma questão humanitária.

Então venho aqui, hoje, deputado, na minha fala, se o deputado Álvaro Gomes assim o permitir, falar com V. Ex^a sobre dois fatos diversos: um de muita satisfação, como tenho dito aqui, algumas vezes, porque, em determinado momento da história, há alguns anos, conseguimos descobrir o feijão-caupi, o feijão-catador, que é apropriado para a produção de inúmeros gêneros à base de farinha.

Na semana passada, recebi de um amigo, o Dr. Dermânio Tadeu, deputado Isaac, uma porção da farinha do feijão-catador, a qual ele conseguiu, mais uma vez, tirar lá em Cascavel, no Paraná, município para onde mandamos, há uns cinco ou seis anos, um bolo feito com 50% de farinha de trigo e 50% de farinha do feijão-catador. O Tadeu desenvolveu a tecnologia tirando do feijão a farinha.

Na semana passada, como já disse, ele nos mandou, deputado Aderbal Caldas, uma porção da farinha do feijão-catador, que, em que pese a não ser um produto das

terras do Paraná, ele o encontrou lá, numa casa comercial, e comprou uma certa quantidade para fazer uma experiência e nos mandou de lembrança.

Tendo a oportunidade de uma audiência com o governador Jaques Wagner, na semana passada, deputados Isaac Cunha e Paulo Rangel, levei-lhe uma pequena porção da farinha do feijão-catador, mostrei-lhe e disse-lhe de toda a nossa preocupação, como também de todo o aproveitamento e, sobretudo, da razão pela qual aquilo existia: uma luta nossa para que aquele produto, quando estiver com o preço comercial lá embaixo, ser industrializado no fabrico de pães e outros derivados e agregar valor para que o sertanejo tenha uma vida melhor.

Uma hora depois de ter-lhe entregue aquela pequena quantidade da farinha, o governador me ligou para falar sobre a coincidência de estar, no gabinete dele, um grupo representando uma grande rede de padarias no Estado da Bahia, o Grupo Walmart, ao qual ele entregou aquela pequena porção de farinha, falou da origem dela e pediu-lhe que nos procurasse e a fim de que mantivéssemos um contato.

E hoje, deputado Isaac Cunha, tive prazer de receber, no meu gabinete, os representantes do Grupo Walmart. De imediato, mantivemos contato com Tadeu, com um técnico amigo da irmã de Tadeu, que virá a Salvador. Estamos desenvolvendo, já com uma possibilidade grande de que venha se constituir uma coisa própria concreta do aproveitamento do feijão-catador no fabrico do pão, nesta grande cidade, que é Salvador, o que, por certo, vai mitigar muita dificuldade e aliviar as angústias de muitos sertanejos, deputado Aderbal Caldas.

Então falar, desta tribuna, sobre uma causa que abraçamos com o mais puro sentimento de solidariedade humana, e dizer que ter V.Ex^a à frente é um conforto muito grande. Por certo, o grupo Wal-Mart poderá fazer desse pão a multiplicação dos pães para dar vida, paz e sossego a muita gente.

Um outro assunto que me fez vir aqui à tribuna, deputado Isaac, foi um fato acontecido na região que V.Ex^a tão bem representa. V.Ex^a é oriundo de Jequié, e no Município de Lajedo do Tabocal aconteceu anteontem um fato triste.

Lajedo do Tabocal, na última eleição, teve dois candidatos, Reivaldo e Mariângela. Reivaldo, prefeito por duas vezes, é da mesma família que detém o poder desde que o município tornou-se independente, parece-me que em 1979. De lá para cá, a mesma família com o poder único. E a guerreira Mariângela enfrentou, mas não obteve a maioria dos votos, e, sim, Reivaldo. Contudo Reivaldo teve a sua candidatura impugnada. Como ele obteve mais de 50% dos votos, ficou impossível Mariângela assumir. Houve uma grande luta na Justiça, que terminou alguns meses atrás, com a vereadora Lílian sendo escolhida para gerir o Município de Lajedo do Tabocal até que o Tribunal Regional Eleitoral delibere quanto à nova eleição.

Anteontem, houve uma reunião da Câmara, quando seria, deputado Aderbal, tratada a instalação de uma CPI para a apuração de inúmeras irregularidades no município, dentre as quais a contratação de uma empresa para a limpeza urbana até o final do ano, num valor, se não me falha a memória, beirando a casa dos R\$ 200 mil. Realmente, isso é uma coisa incompatível a um município pobre, diminuto e de gente sofrida.

Pois bem, em havendo desencontros e estando a população toda chocada, aborrecida, contrariada, sobretudo os servidores municipais, violentados no sagrado direito de receber o salário – muitos estão há três meses sem perceber o salário –, eis que houve uma convulsão dentro da sociedade. Com as pessoas revoltadas, buscando o chamamento aos Poderes constituídos, sobretudo a Justiça Eleitoral, para se marcar de pronto a nova eleição, houve lá, realmente, a danificação de inúmeras coisas do Poder Público, a própria Câmara de Vereadores, o prédio escolar e outros imóveis.

Diante da situação instalada, deputado Isaac, parece-me que a atual prefeita temporária não tem a mínima condição de continuar gerindo os destinos do município até que venha a acontecer a nova eleição.

Eu vi, e participei posteriormente, de uma situação similar. No ano de 1999 foi assassinado o prefeito de Jandaíra, o Sr. Jaime Paulo. Em decorrência do assassinato, o Sr. Nelson, vice-prefeito, assumiu. Atribuíram a Nelson a suspeita de ser o mandante, o que ele, na realidade, não foi. Mas isso gerou uma celeuma, uma intriga, um descontentamento geral no município.

Por mera coincidência do destino, à época, para que houvesse uma pacificação, tendo eu tido a experiência de, anteriormente, ter sido prefeito, e como homem da segurança pública, o então governador César Borges nomeou-me interventor do município. E lá ficamos de fevereiro de 2000 até o dia 31 de dezembro de 2000, quando passamos o gerenciamento, a administração do município para o Sr. Agnaldo, o prefeito eleito.

Então quero, aqui, da maneira mais abstráida, mais desprovida de qualquer interesse de ordem pessoal, mesmo que eu seja votado naquele município, sugerir ao Exmº Sr. Governador que, até o momento em que a Justiça Eleitoral estabeleça a data para uma nova eleição, observe a situação real do município, devido à possibilidade de lá acontecerem outros tantos fatos que não condizem com a convivência harmoniosa, e nomear um interventor para o município?! Escolham um técnico do governo, uma pessoa que conheça de gestão pública e, talvez, nunca tenha ido a Lajedo do Tabocal, como eu anteriormente nunca tinha ido a Jandaíra. E que se coloque essa pessoa para gerir o destino do município até que aconteça a próxima eleição e se restabeleça a paz, a harmonia e a crença no poder público. Um município pequeno e pobre, onde há três meses não se paga salário de funcionário, está precisando de alguém para cuidar dele. Cuidar é muito mais importante do que administrar. A mãe cuida e não administra a família. A mãe cuida e não administra os filhos. E quem cuida dum município pobre, carente e de limitações profundas estará sem dúvida nenhuma retribuindo ao fazer com que se recupere a paz, a harmonia e a tranquilidade da sociedade.

Meu querido presidente *ad hoc*, deputado Aderbal, agradeço a V.Exª a generosidade da tolerância e também ao “guerrilheiro” Álvaro Gomes, que nos concedeu este tempo.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Lamentamos não ter oportunidade de ouvir por mais tempo, por muito mais tempo, as palavras sábias do

nosso querido deputado Gilberto Brito. Mas em outras oportunidades teremos aqui a felicidade de novamente ouvi-lo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Paulo Rangel:-Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, primeiro quero dizer que temos aqui a volta do deputado Waldenor, bem mais simpático. Se já ia se eleger deputado federal não tendo assim aquela capilaridade toda que tem no Estado em busca de votos, mas sobre a cabeça... Eu queria, devido à falta de deputados no Plenário, pedir a V.Ex^a que fizesse uma verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- V.Ex^a será atendido.

Encontram-se no Plenário apenas seis Srs. Deputados. Portanto, não há número suficiente para continuidade da presente sessão, motivo pelo qual declaro-a encerrada.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*